

JANE ARAÚJO



Em sessão conjunta na quarta-feira, senadores e deputados aprovaram diretrizes orçamentárias

LDO prevê aperto e crescimento da economia

O relatório do deputado João Leão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 foi aprovado na noite de quarta-feira pelo Congresso. O texto mantém o aperto fiscal do governo, mas prevê crescimento econômico de 5% no ano que vem.

Comissão Representativa funciona a partir do dia 18, quando começa o recesso parlamentar.

PÁGINAS 2 E 3

Convergência tecnológica exige nova lei para telecomunicações

O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, aborda os meios de comunicação pelo que eles têm de diferente entre si. Mas a convergência tecnológica torna as diferenças cada vez menos perceptíveis. Nova proposta de legislação para o setor, de Flexa Ribeiro, está em discussão no Senado.

PÁGINAS 8 E 9

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 16

Mesa decide nesta terça sobre perícia em papéis de Renan

A decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de marcar para esta terça-feira a reunião da Mesa que vai deliberar sobre o pedido de perícia da Polícia Federal em seus documentos

provocou novo impasse no Plenário do Senado.

Líderes da oposição criticaram a intervenção de Renan e prometeram fazer uma vigília à espera da reunião.

PÁGINA 11

ASSUNÇÃO COSTA



Tião Viana (C) ouve os argumentos de Agripino (E), contrário ao adiamento da reunião

Marina Silva defende cisão do Ibama em audiência

PÁGINA 7

Mudanças no Supersimples podem sair nesta semana

PÁGINA 5

cidadania

Como zelar pelos filhos nos casos de separação

A separação de um casal pode ser um drama em que todos perdem, especialmente os filhos. Mas, se o rompimento é superado com respeito entre o casal e cuidado com os filhos, a nova vida ganha equilíbrio e harmonia. Veja nesta edição o que fazer para preservar os filhos durante e depois do processo de separação.

PÁGINA 16

SENADO

Comissão representará Legislativo no recesso

No período de recesso parlamentar, entre 18 e 31 de julho, as competências do Legislativo são exercidas pela Comissão Representativa do Congresso Nacional, formada por senadores e deputados. Abaixo, os senadores escolhidos para compor a comissão este mês.

Partidos	Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM-PSDB)	Demostenes Torres (DEM-GO), Edison Lobão (DEM-MA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO)	Jonas Pinheiro (DEM-MT), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM)
PMDB	Renan Calheiros (AL) e Valdir Raupp (RO)	Neuto de Conto (SC) e Wellington Salgado (MG)
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PL/PSB/PCdoB/PRB/PP)	Sibá Machado (PT-AC) e Ideli Salvatti (PT-SC)	Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Renato Casagrande (PSB-ES)
PDT-PSOL	Cristovam Buarque (PDT-DF)	José Nery (PSOL-PA)

Veja as atribuições do colegiado

À Comissão Representativa compete:

- zelar pelas prerrogativas do Congresso e de seus membros;
- zelar pela competência legislativa do Congresso;
- autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país;
- deliberar sobre a sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar, desde que haja neces-

sidade de medida cautelar em caráter urgente;

- decidir sobre projeto relativo a créditos adicionais solicitados pelo presidente, desde que sobre ele tenha havido manifestação da Comissão Mista de Orçamento;
- deliberar sobre projeto que prorogue prazo de lei, se o término de sua vigência ocorrer durante o período de recesso ou nos dez dias após seu término;
- decidir sobre acordo interna-

cional, quando o prazo no qual o Brasil deva se manifestar ocorrer no recesso ou até dez dias após o seu final;

- autorizar parlamentar a aceitar missão do Executivo;
- exercer competência administrativa das Mesas do Senado e da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes seus membros;
- fiscalizar e controlar atos do Executivo, incluídos os órgãos da administração direta.

Presidência



De acordo com Renan, sociedade aguarda a votação de matérias que contribuam para o crescimento da economia

Congresso trabalha e mantém produtividade, destaca Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que o Congresso Nacional tem trabalhado e mantido sua produtividade, apesar de ter vivido um primeiro semestre tumultuado. Ele prometeu para esta semana um levantamento de tudo o que os senadores e deputados votaram.

– O Brasil quer que trabalhem. O que precisamos é deixar de nhenhém e trabalhar, votar o que o povo

quer que seja votado – afirmou Renan, em referência aos conflitos em torno da representação contra ele apresentada pelo PSOL no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Para o senador, a sociedade brasileira aguarda com ansiedade a votação de matérias que contribuam para o crescimento da economia e a geração de empregos.

– O Congresso está fazendo o seu papel – frisou Renan.

Mudança em licitações fica para agosto

O projeto que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do pregão eletrônico nas compras do governo (PLC 32/07) só será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em agosto. A decisão foi resultado de acordo fechado na liderança

do governo, por não ter sido possível a aprovação de um texto com o mínimo de consenso na semana passada na comissão. Na reunião, ficou acertada a realização de uma audiência pública com empreiteiras e outros representantes do setor de

engenharia sobre a aplicação da modalidade eletrônica de licitação às obras públicas.

O objetivo da proposta é, por meio de processos automatizados, dar mais transparência nas licitações, evitando o conluio entre os participantes. O projeto, parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tramitava em regime de urgência no Senado, mas, diante da dificuldade de uma rápida votação em Plenário, voltou, a pedido do Planalto, a tramitar normalmente e foi enviado para a CAE, onde o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é relator.

A Comissão de Assuntos Econômicos poderá realizar ainda esta semana a audiência pública prevista. Além das obras de engenharia, a questão da publicação de editais de licitação e publicidade às licitações em jornais de grande

circulação ainda não tem acordo até o momento. Prefeituras, principalmente de pequenos municípios, argumentam que o pagamento de espaço em jornais, apesar de ser grande fonte de renda para as editoras, onera os cofres públicos, impedindo maiores gastos em benefícios para a comunidade.

Outro ponto em aberto são os recursos com efeito suspensivo: enquanto empresários querem que haja a possibilidade, o governo é contra, por considerar que a suspensão do projeto é um dos principais retardadores dos contratos públicos.

A proposta já foi aprovada na Câmara e, no Senado, recebeu pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Nas três votações, houve diversas alterações com relação ao texto original do Executivo. Caso o Senado emende o projeto, a matéria volta para análise dos deputados.

CAE anuncia para agosto debate sobre metas de inflação

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), após sugestão do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que a comissão debaterá em agosto as metas de inflação definidas pelo governo federal.

No final de junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) – integrado pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – decidiu fixar em 4,5% a meta da inflação para 2009, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. É a mesma meta fixada para este ano e para 2008.

Na terça-feira, Arthur Virgílio criticou Mantega e argumentou que a meta de 4,5% “causa danos à credibilidade do país e estimula a idéia de que há mais tolerância com a inflação”.



Mercadante (E), ao lado de Eliseu Resende: CAE debaterá ampliação do uso do pregão eletrônico em licitações, antes de votar a matéria

endagendagendagendagendagendagendagendaagendaendagendag

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

9 às 18h – EXPOSIÇÃO

Constituições brasileiras

– A exposição comemorativa do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil (1808-2008) pode ser visitada até o

dia 23 de agosto. Distribuída nas sedes dos três Poderes, a mostra exhibe parte da história do Brasil contada pelas Constituições brasileiras. No Congresso Nacional, no Salão Negro, podem ser vistas duas Cartas de períodos democráticos – de 1946 e de 1988.

TERÇA-FEIRA

10h – CPI DO APAGÃO AÉREO

Depoimentos – A CPI ouve os analistas do TCU Jorge Macedo, Cláudio Altourian Carlos S. Costa e Elizeu Grosskops Schlottseldt Júnior.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa Pauta trancada - Quatro pro-

jetos de lei de conversão (PLV) e uma medida provisória (MP) trancam as demais votações. O primeiro item da ordem do dia é o PLV 19/07, proveniente da MP 366/07, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, assumindo algumas atribuições do Ibama.

CONGRESSO Em 2008, governo terá que economizar R\$ 78,8 bilhões para pagar os juros da dívida pública

LDO mantém aperto fiscal em 2008

O relatório do deputado João Leão (PP-BA) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 foi aprovado na noite de quarta-feira pelo Congresso. O texto mantém o aperto fiscal do governo, mas prevê crescimento econômico de 5% no ano que vem. O documento determina que o governo e suas empresas terão de economizar no mínimo R\$ 78,8 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública.

A sessão foi presidida pelo 1º vice-presidente da Câmara, deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG). Havia receio de que os partidos de oposição obstruíssem a votação, mas o relator aceitou várias reivindicações, permitindo a aprovação em votação simbólica. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) afirmou que seu partido estava disposto a obstruir a sessão se ela fosse presidida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. O DEM vem pedindo que Renan se licencie da Presidência durante as investigações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O Congresso fez dezenas de alterações na proposta de LDO, mas não alterou os principais parâmetros para a feitura do Orçamento de 2008, a ser enviado ao Congresso até o final de agosto. Uma das mudanças obriga o governo a gastar em obras de revitalização da bacia do rio São Francisco o mesmo valor destinado à transposição de suas águas para os estados nordestinos.

A LDO prevê ainda que o salário mínimo deverá ser reajustado para R\$ 405 em abril, ou seja, receberá a inflação dos últimos 12 meses mais o aumento da renda *per capita* de 2007. Essa deter-

minação é diferente da que está contida no PLC 42/07, prestes a ser votado pelo Plenário do Senado. Fruto de negociações entre governo e sindicalistas, o projeto trabalha com uma correção pela inflação (INPC) mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) em 2006. Ou seja, o mínimo irá superar os R\$ 405.

A LDO exige que o Ministério do Trabalho destine verbas a programas de prevenção de acidentes de trabalho, os quais voltaram a aumentar no Brasil depois de quase duas décadas de redução. Nos últimos anos, as verbas para essas ações caíram tanto que o sindicato dos fiscais do Ministério do Trabalho fez advertências públicas.

Os parlamentares incluíram novas normas para o governo seguir ao direcionar verbas para obras e serviços em andamento, estabelecendo que terão prioridade aqueles com maior percentual de execução física. Ficou ainda decidido que a União só poderá transferir verbas para o setor privado se as entidades tiverem prestado contas de recursos já recebidos.

Os congressistas incluíram dispositivo que proíbe o governo de bloquear em 2008 verbas destinadas à segurança de voo e controle do tráfego aéreo. Outra inovação: o presidente da República não poderá usar uma mesma medida provisória para abrir no Orçamento créditos extraordinários para áreas diferentes.

O texto aprovado não contém mais o rigor pretendido pelo deputado João Leão, de limitar os chamados “restos a pagar”. Ele chegou a proibir o governo de liberar dinheiro de emendas oriundas dos orçamentos de



Oposição ameaça obstruir votação e sessão é presidida pelo deputado Narcio Rodrigues

2005 e 2006, mas enfrentou forte objeção. Agora, “restos a pagar” de 2005 e 2006 podem ser liberados, desde que a obra ou serviço beneficiado tenha recebido anteriormente recursos federais.

O ponto mais visado pelos opositoristas foi o artigo que lista os pagamentos que o governo poderá fazer automaticamente em 2008 caso o Congresso não vote o projeto de Orçamento no prazo. As oposições derrubaram um parágrafo que autorizava pagamentos de duodécimos para investimentos já iniciados, o que vai impedir investimento da União ou das estatais com execução pela norma do duodécimo.

Os governistas conseguiram derrotar a oposição em emenda que mandava excluir a Contribuição Provisória por Movimentação Financeira (CPMF) da previsão orçamentária de 2008. Os opositoristas ponderavam que a CPMF será extinta no final deste ano, e sua renovação ainda não está garantida – o projeto ainda tramita no Congresso.

LDO trabalha com inflação estabilizada e juros em queda

	2007	2008	2009	2010
Inflação (IPCA) Percentual acumulado no ano	4,5	4,5	4,5	4,5
Crescimento do PIB - (%)	4,5	5,0	5,0	5,0
PIB (em R\$ trilhões)	2,52	2,76	3,03	3,32
Cotação do dólar (em R\$) - câmbio em dezembro	2,17	2,23	2,33	2,37
Dívida líquida do setor público - (percentual do PIB)	43,9	41,4	38,8	36,0
Juros - taxa Selic - descontada a inflação (em dezembro) (%)	7,3	6,3	5,6	5,2
Receita primária (em R\$ bilhões)	657,04	727,91	803,28	
Despesa primária (em R\$ bilhões)	596,21	661,24	730,15	
Resultado primário do governo federal (governo central mais estatais) (em R\$ bilhões)	78,80	86,37	94,73	
Resultado nominal do governo federal (em R\$ bilhões)	-30,76	-25,11	-16,21	
Dívida líquida do governo federal (em R\$ bilhões)	784,24	769,44	781,60	

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008

Sob protestos, Plenário acolhe crédito extraordinário

O Orçamento da União deste ano vai abrir crédito extraordinário no valor de R\$ 1,7 bilhão em favor dos ministérios da Educação, Justiça, Transportes, Esporte, Integração Nacional e Cidades. A decisão recebeu protestos de Jefferson Péres (PDT-AM), já que os créditos foram solicitados por meio de medida provisória (MP 364/07).

Jefferson lembrou que a abertura de créditos extraordinários só pode ocorrer em caso de guerra, comoção social e calamidade.

– Então vivemos no país do faz-de-conta. Faz-de-conta que estamos em guerra, em comoção ou em calamidade – disse.

Os líderes do PSDB e do Democratas, respectivamente Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), também protestaram contra a abertura de crédito extraordinário por MP e encaminharam contra a aprovação.

Confirmada primeira mulher à frente da CVM

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana será a primeira mulher a ocupar a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vinculada ao Ministério da Fazenda. Também foram aprovadas pelo Plenário as indicações de Marcos Barbosa Pinto e Durval José Soledade Santos para a diretoria que preside a CVM. As indicações já haviam sido acolhidas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Formada em Economia pela Universidade de São Paulo, Maria Helena trabalhou na Bolsa de Valores de São Paulo por 12 anos e também na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid). Ela substituirá o atual presidente da CVM, Marcelo Fernandez Trindade, a partir desta segunda-feira.

Caixa terá R\$ 5,2 bilhões para saneamento e habitação popular

Com voto contrário das bancadas do PSDB e do DEM, o Senado aprovou a medida provisória (MP 365/07) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 5,2 bilhões para ampliar o limite operacional da Caixa Econômica Federal. De acordo com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o crédito financiará ações do setor público e privado, principalmente nas áreas de saneamento básico e habitação popular, previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Senadores reclamam atenção a seus estados

Heráclito Fortes (DEM-PI) apontou a falta de informações sobre a destinação dos R\$ 5,2 bilhões como um impedimento para aprovação da MP.

– Estamos fartos de anúncios de recursos para o Piauí que nunca chegam. Recurso para o Piauí é como a linha do horizonte. A gente sabe que existe, a gente

vê, mas não consegue alcançar – desabafou.

Mão Santa (PMDB-PI) solidarizou-se com Heráclito e observou que o Piauí registra um índice de mortalidade por dengue hemorrágica de 14,5 % do total de pessoas infectadas. Com base no relatório de acompanhamento do PAC, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou que, no primeiro quadrimestre do ano, dos R\$ 3,4 bilhões já liberados, o Pará recebeu apenas R\$ 2,6 milhões.

Mário Couto (PSDB-PA) também considerou que a Presidência da República discrimina o Pará e o Piauí. Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que o governo não libera recursos para combater a dengue. Para ele, os estados econômica e politicamente mais fortes estão sendo alvo da “politicagem” do presidente Lula, enquanto os outros ainda não sabem se terão algum recurso.

Aloizio Mercadante (PT-SP) citou recursos já programados

para as regiões Norte e Nordeste no programa Luz para Todos, mas Heráclito notou que o programa não é coberto pela MP.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que os recursos serão emprestados pela Caixa a estados e municípios conforme os projetos de saneamento básico e de habitação popular forem apresentados e aprovados. Ele esclareceu que todos os estados estão sendo ouvidos pelo governo e que a prioridade é para projetos indicados pelos governadores.

Ideli Salvatti (PT-SC), relatora de Plenário, disse que o presidente Lula já assinou contratos com governadores e prefeitos e anunciou a liberação de recursos em São Paulo e no Rio de Janeiro. O próximo anúncio será feito no Nordeste, disse. Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que Lula já esteve no Ceará e assinou contratos na área de saneamento no valor de R\$ 780 milhões.

COMISSÕES

Projeto simplifica os processos trabalhistas

A autenticidade de documentos apresentados como prova em processo trabalhista poderá ser comprovada a partir de declaração do advogado do processo, de acordo com decisão tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 4/06). A matéria agora será examinada pelo Plenário do Senado.

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina que documentação comprobatória só seja aceita no original, em certidão autenticada em cartório ou quando a cópia for conferida pelas secretarias das Varas da Justiça do Trabalho perante o juiz.



Relator Eduardo Suplicy: medidas desburocratizam aplicação da CLT

O projeto foi apresentado pelo Executivo a partir de recomendações do Tribunal Superior do

Trabalho (TST) e integra um pacote de medidas para desburocratizar a CLT, acelerar os processos e desafogar a Justiça trabalhista. Na decisão, os parlamentares acompanharam o parecer favorável do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP).

Pela proposta, se não for aceita a autenticidade da cópia anexada ao processo, o advogado será intimado a apresentar cópias autenticadas do documento ou o original perante o juiz. O texto também modifica a CLT para acolher entendimento já regularmente aceito na Justiça trabalhista, no sentido de que seja admitida a apresentação de recurso ordinário para recorrer de decisões terminativas.

Agência arcará com prejuízos de turista

O grau de responsabilidade das agências de viagem e turismo pelos serviços prestados aos clientes deve ser ampliado, decidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao aprovar o PLC 22/03. Mesmo quando os serviços forem oferecidos por empresas que tenham sido contratadas pela agência, caberá a esta garantir a prestação efetiva dos serviços, por sua liquidação junto aos prestadores contratados e pelo reembolso ao cliente quando os itens estiverem em desacordo ao previsto no contrato.

Na prática, a proposta estabelece que a agência contratada

terá a responsabilidade legal por reparar os danos sofridos pelo cliente e, depois, acionar os prestadores de serviço que tenham sido contratados – como os hotéis – para obter a compensação. No entanto, as agências não responderão diretamente quando os prestadores estiverem sujeitos a legislação especial ou a tratados internacionais de que o Brasil seja signatário.

O projeto mantém a responsabilidade legal das operadoras de turismo – sem repassar às agências que ofertam os pacotes – com relação aos serviços turísticos por elas contratados. O entendimento é de que essas

empresas cumprem a função de transformar um conjunto de serviços distintos, oferecidos por vários fornecedores, em um único produto ofertado ao consumidor final. Por sugestão do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), emenda acolhida pela CCJ impede a exclusão da responsabilidade das agências nas hipóteses em que a culpa delas possa ser caracterizada.

Jereissati incluiu outras emendas, entre elas a que prevê a obrigação de as agências informarem ao consumidor, no ato da contratação, o nome e endereço do fornecedor dos serviços contratados.

Proteção das ilhas Cagarras assegurada

As ilhas Cagarras, situadas em frente à Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, podem tornar-se unidade de conservação ambiental, segundo o PLC 19/05 aprovado pela CCJ na semana passada. Como foi modificado pela relatora Patrícia Saboya (PSB-CE), o projeto do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) deverá voltar ao exame da Câmara, caso seja aprovado no Plenário do Senado.

As mudanças, de acordo com Patrícia, foram necessárias para, preservados os objetivos iniciais de conservação da área, adequar o projeto à legislação ambiental vigente. As áreas de conservação e espaços protegidos, para serem criados pelo poder público, exigem estudos técnicos e consultas públicas que permitam identificar localização, dimensão e limites mais adequados.

– A ausência de estudos e

de consultas, no atual estágio do processo de criação do Monumento Natural das ilhas Cagarras, constituiria obstáculo potencial à implementação da medida meritória – disse.

Para justificar os estudos prévios, Patrícia lembrou que as ilhas estão situadas nas áreas de instalações da Marinha do Brasil, cujas atividades precisam ser compatibilizadas com as funções de preservação.

Grupo busca aperfeiçoar processo penal

A CCJ criou um grupo de trabalho que terá a missão de consolidar todos os projetos que tramitam no colegiado com sugestões para aperfeiçoar o Código de Processo Penal. O presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS), designou os seguintes senadores para compor o grupo: Ideli Salvatti (PT-SC), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (DEM-SP).

Criado a partir de requerimento proposto por Ideli, o grupo tem por objetivo, com a reforma da legislação penal, tornar mais eficazes as ações contra a impunidade no país. Ideli anunciou que já fez contatos com a presidente

do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, para solicitar sugestões. O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Rodrigo Colaço, também já se prontificou a colaborar.

Os seis projetos em tramitação na CCJ do Senado que deverão ter exame acelerado são: PLC 37/07, sobre a produção de provas no processo penal; PLC 20/07, sobre o procedimento aplicado no tribunal do júri; PLC 36/07, relativo a procedimentos no processo penal; PLS 183/07, que regulamenta a Emenda Constitucional 45 no que diz respeito ao prazo razoável para a conclusão da ação penal; PLS 268/07, sobre



Jefferson: objetivo é acelerar processos contra impunidade

a prioridade no processo de crimes praticados por funcionário público; e PLS 281/07, que estabelece prazo para julgamento das ações penais originárias dos tribunais superiores.



Neuto de Conto (E), ao lado do seu vice, Expedito Júnior: o novo presidente foi secretário catarinense de Agricultura

Neuto de Conto é o novo presidente da CRA

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) foi eleito na quarta-feira o novo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Ele substituiu Joaquim Roriz, que renunciou ao mandato na semana passada, após a Mesa do Senado ter decidido encaminhar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar representação do PSOL contra o ex-senador.

Secretário estadual de Agricultura entre 1987 e 1989, Neuto de Conto, candidato único, recebeu todos os 13 votos. O senador Expedito Júnior (PR-RO) é o vice-presidente da CRA.

Para Osmar Dias (PDT-PR), a comissão deve estabelecer uma pauta, “para interferir nos assuntos de importância para o setor”. Segundo ele, “o setor agrícola atravessou uma crise muito forte nos últimos anos e ainda sofre as suas conseqüências”. Além das dificuldades climáticas, a valorização cambial tem prejudicado os preços e a renda dos produtores rurais, disse o senador, acrescentando que o ministro da

Agricultura, Reinhold Stephanes, pretende firmar uma parceria de trabalho com a CRA.

Aprovado debate sobre lavoura cacaueteira

Após a eleição, a CRA aprovou requerimento de César Borges (DEM-BA) para a realização de audiência pública sobre a lavoura cacaueteira na Bahia – segundo o senador, prejudicada, entre outros fatores, por pragas como a vassoura-de-bruxa e pelos atuais preços internacionais.

César Borges sugeriu que sejam convidados o ministro da Agricultura, o diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira (Ceplac), o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia e um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Expedito Júnior propôs que também seja convidado o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – também um importante estado produtor de cacau.

CAS discute regulamentação de profissões

Para subsidiar o exame de 19 projetos sobre a regulamentação de profissões e a criação de conselhos profissionais, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debateu o assunto com três representantes de entidades, para os quais é justificável regulamentar profissões, desde que isso não atenda exclusivamente aos interesses específicos de um setor. Para o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, José Euclides Poubel e Silva, não é correto regulamentar uma profissão que, na prática, é apenas uma especialidade da mesma profissão. Ele defendeu também rigor contra faculdades privadas que não formam adequadamente profissionais para o mercado de trabalho.

Participaram do debate a presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul, Maria Teresa Dresch da Silveira, e o presidente do Conselho Federal de Economia, Synésio Batista da Costa.

Subcomissão fará seminário internacional

Por sugestão do presidente João Tenório (PSDB-AL), a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis deverá realizar, em outubro, um seminário internacional para “identificar as barreiras mundiais aos biocombustíveis produzidos no Brasil”.

Outros quatro requerimentos foram aprovados. João Tenório propõe discutir em audiências públicas a produção nacional de biodiesel e o impacto da produção de etanol no meio ambiente. Sibá Machado (PT-AC) quer debater com especialistas em zoneamento ecológico-econômico (ZEE) a expansão das culturas agrícolas vinculadas à produção de biocombustíveis e visitar empresas produtoras de biocombustíveis, “nas quais se possa observar as boas e as más experiências nos contextos trabalhista e ambiental”.

ECONOMIA Proposta que beneficiará 1,5 milhão de empresas vai a Plenário, onde terá urgência na tramitação

CAE acolhe mudança no Supersimples

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na quarta-feira o projeto que altera a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O texto define que todas as empresas integrantes do antigo Simples Federal, extinto no último 1º de julho, possam migrar para o Supersimples, que é um regime especial de tributação. A aprovação deve beneficiar mais de 1,5 milhão de empresas, conforme frisaram os senadores. A CAE também aprovou urgência para a matéria, que está pronta para ir à votação em Plenário.

O relator da proposta (PLC 43/07), Adelmir Santana (DEM-DF), disse que o projeto corrige distorções da lei, que deixavam algumas categorias de empresas de fora da migração para o Supersimples. No Plenário, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, afirmou que o projeto é uma “verdadeira reforma tributária” para as pequenas empresas, pois reduzirá a carga tributária, “auxiliando na geração de empregos, estimulando o empreendedorismo e ajudando na distribuição de renda”.



Adelmir Santana (E), ao lado de Cícero Lucena: para ele, o projeto corrige distorções da lei que criou o Supersimples

O acordo que viabilizou a votação inclui o compromisso do governo federal de vetar dois dispositivos do projeto quando de sua sanção presidencial: o que proíbe aos estados e ao Distrito Federal a cobrança antecipada do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e o que inclui no Supersimples o setor de transporte de cargas ou de passageiros, seja intermunicipal ou interestadual.

Ambas as questões, segundo Mercadante, serão tema de audi-

ências públicas na Subcomissão Temporária de Reforma Tributária da CAE, em agosto.

A emenda sugerida pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), prevendo a inclusão de outras categorias no sistema de tributação especial, como profissionais de saúde, clínicas e farmácias, foi rejeitada pelos senadores, para evitar que o texto voltasse à Câmara.

Mercadante frisou que novas inclusões também serão discutidas a partir de agosto.

Texto prevê adesão até o dia 15 de agosto

O projeto aprovado na CAE prorroga até 15 de agosto o prazo final para opção pelo sistema de tributação do Supersimples. O recolhimento também é prorrogado para a mesma data.

O texto, oriundo de substitutivo do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) a projeto do deputado José Pimentel (PT-CE), determina que a micro ou pequena empresa que participava do antigo Simples Federal e não optar pelo Supersimples passa a estar sujeita às regras da legislação tributária geral.

O parcelamento de débitos continua a ser feito em 120 prestações mensais e o prazo para requerer o benefício, que começou em 1º de julho, vai até 15 de agosto. O parcelamento está vinculado ao fato de a empresa participar do Supersimples. Portanto, se não for feita a opção, a empresa será excluída

da sistemática simplificada de tributação.

Embora o projeto de José Pimentel ampliasse o parcelamento dos débitos de todos os tributos das empresas participantes do Supersimples, o substitutivo manteve apenas os tributos previstos na lei geral.

Para lembrar, a lei geral abrange oito tributos: o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição patronal para a

seguridade social (INSS).

Outras regras do projeto original, como a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e desconto de 50% das multas, também não foram aprovadas. Essas regras serão definidas pelo Comitê Gestor do Supersimples.

Haully criou uma transição de alíquotas para o serviço de transporte de cargas e passageiros, atividade incluída pelo deputado entre as que poderão optar pelo Supersimples – item que, conforme acordo feito no Senado, deve ser vetado pelo presidente Lula quando da sanção da lei.

As emendas prevendo a inclusão de escolas e prestadoras de serviços de saúde como beneficiárias do Supersimples não foram incluídas no substitutivo.

Inclusão de empresas de transporte de passageiros será vetada

Projeto aperfeiçoa lei geral

O substitutivo acolhido pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aumenta o número de empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais previstos na Lei Complementar 123/06, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2006.

O Plenário do Senado havia aprovado no dia 8 de outubro de 2006 o projeto da lei geral. Como foram feitas emendas, o texto foi novamente analisado e aprovado na Câmara, antes de seguir para a sanção presidencial.

Todos os 55 senadores presentes à sessão em que o projeto (PLC 100/06) foi aprovado na Casa deram voto favorável – era necessária a maioria absoluta, ou seja, 41 senadores, por se tratar de projeto de lei complementar. Mas a aprovação só foi possível depois de exaustivas negociações envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, parlamentares, representantes dos estados e municípios e líderes empresariais.

Ao final, decidiu-se que a lei começaria a vigorar apenas em 1º de julho de 2007 – como de fato ocorreu –, em vez de 1º de

janeiro, conforme previa o texto original da Câmara. Isso porque os estados, os municípios e a Receita Federal alegaram que não haveria tempo hábil para desenvolver um novo sistema de arrecadação.

A aprovação da lei geral é fruto de três anos de mobilização das entidades representativas dos empresários de pequeno porte. O marco inicial foi o anteprojeto elaborado em 2003 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base em consultas feitas a 6 mil empresários e especialistas, e enviado ao Congresso em 2005.

Em abril daquele ano foi criada uma frente empresarial em prol da aprovação do estatuto, que congregava entidades como as confederações nacionais da Indústria (CNI), do Comércio (CNC), da Agricultura (CNA) e dos Transportes (CNT), com o apoio do Sebrae.

Em novembro de 2005, começou a tramitar um projeto unificando 17 propostas que havia na Câmara tratando do mesmo tema – e que tinham como base o anteprojeto do Sebrae. Em setembro de 2006, a proposta foi finalmente aprovada pela Câmara dos Deputados e seguiu para exame pelo Plenário do Senado.



Cozinheiros de restaurante, em Brasília: tributação simplificada contribui para sucesso de micro e pequenas empresas

Municípios de Rondônia e do Pará poderão ter ZPEs

O Poder Executivo foi autorizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a criar três zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de Marabá (PA), Santarém (PA) e Vilhena (RO). Os três projetos serão votados ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao propor o PLS 352/07, pela instalação de ZPE em Vilhena, Valdir Raupp (PMDB-RO) argumentou que a instalação de novas empresas, atraídas pelo regime aduaneiro e cambial especial, acarretaria a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria

das condições de vida da população local.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a autorização de ZPEs nos municípios de Marabá e Santarém, proposta nos PLSs 356/07 e 357/07, possibilitará que o estado do Pará possa vir a se beneficiar da Lei Kandir, que contempla apenas a exportação de produtos industrializados.

– A nova legislação aprovada no Plenário do Senado proporcionará às ZPEs a possibilidade de trazer, aos municípios onde se instalam, maior dinamismo empresarial, difusão tecnológica e desenvolvimento econômico – argumentou.

Prazo maior para pagar saldo do IRPF

O saldo a pagar no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), quando se tratar de cota única ou da primeira cota mensal, poderá ser pago até o oitavo dia útil do mês seguinte ao

fixado para a entrega da declaração de rendimentos, decidiu na terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se não houver recurso para exame do Plenário, o projeto aprovado (PLS 210/04), do senador José Maranhão (PMDB-PB), será remetido diretamente à Câmara.

O objetivo, explica o autor, é “adequar o vencimento da obrigação tributária dos traba-

lhadores à praxe do recebimento de seus rendimentos”. Ou seja, como a Receita Federal vem exigindo que a entrega da declaração ocorra no final de abril, os contribuintes teriam até o oitavo dia útil de maio para pagar a cota única ou a primeira cota mensal, quando a maioria dos assalariados já teria recebido o salário referente ao mês de abril.

O relator da matéria, Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresentou parecer favorável.

Outros dois projetos de lei examinados pela CAE foram rejeitados. O PLS 194/03, de Paulo Paim (PT-RS), previa a incorpo-

ração gradual, aos salários, dos adicionais de insalubridade ou periculosidade pagos aos empregados.

O relator, Eliseu Resende (DEM-MG), defendeu a rejeição da proposta argumentando que “essa incorporação geraria graves distorções salariais dentro da empresa”.

Também foi rejeitado o PLC 48/05, que obrigava as instituições financeiras a utilizar no mínimo 10% dos recursos destinados ao crédito rural em empréstimos para compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas. O relator, Jonas Pinheiro (DEM-MT), recomendou a rejeição afirmando já existirem linhas de crédito que atendem a essa finalidade.

Pagamento poderá ser feito até o oitavo dia útil de maio, propõe Maranhão

EDUCAÇÃO

Preso que estudar terá pena reduzida

A dedicação ao estudo poderá reduzir a pena de condenados em regime fechado ou semi-aberto, de acordo com projeto de lei do Senado (PLS 265/06) aprovado na terça-feira passada pela CE. A proposta será ainda examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF), serão reduzidos dois dias de pena para cada cinco dias de estudo. Segundo emenda do relator, Wilson Matos (PSDB-PR), a remissão da pena pelo estudo “dependerá de comprovação de frequência e de aproveitamento no curso em que o preso estiver matriculado”.

A CE aprovou também projeto de lei da Câmara (PLC 93/06) que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para tornar explícita a obrigatoriedade da conclusão do ensino médio ou equivalente para os candidatos aos cursos sequenciais da educação superior. Para a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), esta será uma forma de “fechar brechas” na atual legislação.

Outro projeto aprovado, o PLS 310/06, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), altera o Código Civil



Cristovam (D), com o senador Sérgio Zambiasi: medida vale tanto para quem cumpre pena em regime fechado como semi-aberto

para ampliar o rol de atividades que podem ser desenvolvidas por fundações. Entre as atividades, segundo redação elaborada pelo relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), estão as de cultura, educação, saúde e preservação do meio ambiente. O projeto agora vai à análise terminativa da CCJ.

Em decisão final, a CE aprovou o PLS 131/05, do ex-senador Francisco Pereira, que obriga as bibliotecas públicas a dispor de versão em braille da Bíblia. O relator foi Wilson Matos. Igualmente em decisão terminativa, foi aprovado o PLS 218/07, de Expedito Júnior (PR-RO), que inscreve o

nome do Marechal Rondon no Livro dos Heróis da Pátria. O relator foi Valdir Raupp (PMDB-RO). Em turno suplementar, foi ainda aprovado o PLS 27/07, de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que denomina Euclides da Cunha o trecho da rodovia BR-364 no estado do Acre. O texto aprovado foi substitutivo do relator, Neuto de Conto (PMDB-SC).

A comissão aprovou também o Projeto de Resolução 7/07, de Cristovam Buarque, que altera o nome da CE para Comissão de Educação, Cultura e Desporto. A medida ainda depende votação em Plenário.

Doação de uniformes pode ser obrigatória

O uso de uniformes estudantis padronizados será obrigatório para os alunos da educação básica em todas as escolas públicas do país, segundo PLS 145/07 de Cícero Lucena (PSDB-PB) aprovado na mesma reunião da CE. Pela proposta, serão oferecidos dois conjuntos completos por ano a cada aluno, incluídos os calçados.

O Poder Executivo é autorizado pelo projeto, relatado por Romeu Tuma (DEM-SP), a instituir o Programa Nacional de Uniforme Escolar, com o objetivo de complementar as despesas decorrentes da doação dos uni-

formes pelos governos estaduais e municipais. Emenda apresentada por Ideli Salvatti (PT-SC) proíbe qualquer propaganda nos uniformes escolares.

Cícero Lucena lembrou a sua experiência como prefeito de João Pessoa ao explicar por que apresentou o projeto. Ele relatou que, durante visita a uma escola, uma mãe de aluno lhe pediu dinheiro porque, como precisava acompanhar os filhos de manhã e à tarde à escola, não podia trabalhar. E não tinha como matricular os filhos no mesmo horário porque só havia um par de sandálias em casa.

Pré-escola deve ter só 30 alunos por turma

Em decisão terminativa, os senadores da CE aprovaram substitutivo do relator Wilson Matos (PSDB-PR) ao PLS 277/07, de Flávio Arns (PT-PR), limitando em 30 alunos no máximo as turmas da pré-escola para crianças de cinco e seis anos de idade. As turmas deverão contar com dois professores regentes.

Outra proposta aprovada em decisão terminativa, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), inclui o atendimento médico e odontológico preventivo aos alunos do ensino

fundamental público entre os deveres do Estado.

Outros dois projetos receberam pareceres favoráveis da CE. Um deles, o PLS 337/07, de Pápaléo Paes (PSDB-AP), permite a dedução de gastos com material escolar da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física. O segundo, o substitutivo da Câmara ao PLS 5/04, do ex-senador Eduardo Siqueira Campos, estende os financiamentos oficiais (Fies) a alunos de mestrado e doutorado.

ENTREVISTA

ROBERTO CONDE

Missão do Parlamento é fazer a integração avançar mais rápido

Em entrevista que vai ao ar neste sábado na TV Senado, o novo presidente do Parlamento do Mercosul, o deputado uruguaio Roberto Conde, que assumiu em 25 de junho, defende que é hora de acelerar o passo rumo à integração continental.

O fato de o Uruguai ser a sede do Parlamento do Mercosul e estar na presidência do bloco pode ajudar a impulsionar as atividades da instituição?

É uma experiência nova e o impulso inicial é muito importante. Nestes seis meses, queremos instalar todo o necessário para que funcione com eficácia, e também começar a analisar os temas mais importantes da integração. O Parlamento é um fenômeno complexo. Há mais de 20 partidos políticos representados nele. E estamos começando a conhecer os estilos parlamentares dos distintos países. É um parlamento com ambições de funcionar séria e eficazmente, e, no meu modo de ver, é um cenário privilegiado para analisar os problemas da integração.

Como o senhor crê que vão se agrupar os parlamentares: por tendências ideológicas ou

por nacionalidades?

Das duas maneiras, dependendo um pouco dos temas. Nos primeiros tempos ainda haverá muitas delegações que atuarão em função do interesse nacional, porque as posições ou as tendências ideológicas têm que dar lugar. Eu creio que não se deve apressar ou se precipitar. A América Latina não é como a Europa, em que, apesar de serem quase 800 parlamentares, os blocos políticos e ideológicos são nítidos, são quatro ou cinco grandes blocos. Aqui na América Latina há ainda uma fragmentação de partidos e tendências políticas muito grande. Estou seguro que, em muitos temas, os parlamentares vão se agrupar não por países, mas em função de sua maneira de ver essa temática, e é claro que isso influi nas tendências ideológicas.

Qual será a agenda prioritária do Parlamento nestes seis meses?

Parece-me que o título da agenda deveria ser: “Como contribui o Parlamento do Mercosul para aprofundar o processo de integração?” Eu creio que o caminho é aprofundar a integração, tomar medidas que há dez anos vêm-se discutindo, mas que não terminam de se concretizar. Quando essas medidas se concretizarem, o Mercosul se transformará em uma realidade irreversível. Agora é o momento de consolidá-lo. Nossos países já estão maduros, já têm uma história de integração suficientemente rica para avançar de um modo definitivo. Então tem de se aplicar o programa de [reduzir] assimetrias, conseguir aplicar o código aduaneiro comum, encontrar formas de distribuição clara da renda aduaneira, seguir aprofundando os regulamentos de política de fronteira, avançar na coordenação macroeconômica – por sorte se está avançando muito bem na constituição do Banco do Sul –, impulsionar os projetos de investimento em infra-estrutura, de integração energética.

Se formos capazes de acelerar um pouco o passo nos próximos dois anos, eu creio que poderemos assistir a algo que poderia chamar-se “a consolidação definitiva do Mercosul”. E o Parlamento tem de colocar esses debates, ordenar a informação, dialogar com os governos, com os cidadãos, fazer propostas, em suma, ajudar a avançar mais rápido.

O senhor acredita que o fechamento da RCTV e o mal-estar com o Senado brasileiro poderão dificultar ou impedir a aprovação do ingresso da Venezuela pelo Paraguai e o Brasil?

Não creio que [o presidente Hugo Chávez] tenha a vontade de ofender uma instituição tão importante na América do Sul como o Senado do Brasil.



O uruguaio Conde: “Nossos países já têm uma história de integração”

Porém as suas expressões foram claramente *diminutórias*. Compete ao Senado do Brasil analisar essa situação, posicionar-se ante ela, pedir as explicações ou as desculpas que os senadores creiam que têm de

Ingresso da Venezuela no bloco é uma questão estratégica

pedir, mas me parece que isso não deve ser obstáculo para analisar os temas de fundo. Esse incidente é uma questão conjuntural, enquanto o ingresso da Venezuela no Mercosul é uma questão estratégica, parte de uma construção histórica de grande perspectiva. Temos que ter a sabedoria de ir superando incidentes conjunturais para ir avançando no caminho histórico e estratégico.

MEIO AMBIENTE Oposição e servidores do órgão são contra divisão de atribuições com o Instituto Chico Mendes

Divisão do Ibama tem debate acirrado

Governo de um lado, oposição e servidores do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de outro. Assim se dividiu o debate de cinco horas realizado na Comissão do Meio Ambiente (CMA), na semana passada, para analisar a proposta que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e que, para isso, retira atribuições e extingue cargos e funções no Ibama.

O novo órgão é um desmembramento do Ibama e tem como função principal gerir as unidades de conservação ambiental do país. O projeto de lei de conversão (19/07) da MP original (366/07), alterada pela Câmara, está na ordem do dia do Senado desde o dia 3. Para o governo, o instituto vai ser essencial

nas políticas de proteção da natureza no país, por isso quer a sua aprovação antes do recesso de julho. Para os servidores do Ibama, a fragmentação de atribuições proposta pelo Executivo tende a burocratizar e piorar os serviços, além de complicar ainda mais as atribuídas relações dos setores ambientais com os projetos de desenvolvimento econômico.

Além da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participaram da audiência, marcada pelos protestos dos servidores do Ibama, o secretário-executivo do ministério, João Paulo Capobianco; o representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) Paulo Nogueira Neto; e três representantes da Associação dos Servidores do Ibama (Asibama), Jonas Moraes, Ana Maria Cruz e Rodrigo Koblitz.

O que é o novo instituto

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade será uma nova autarquia federal, criada para cuidar das 288 unidades de conservação da natureza, que ocupam 7% do território nacional. Será responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais e apoio ao extrativismo, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

O órgão terá o poder de polícia ambiental nas áreas protegidas, sem retirar totalmente do Ibama idêntica atribuição que já vem exercendo. O Ibama também manterá suas funções de fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e concessão de licenças ambientais.



Servidores do Ibama protestam no Congresso contra MP que dividiu o órgão



Marina Silva, do Meio Ambiente, expõe razões do governo para criação de instituto

Oposição critica pressão do governo

Simpáticos em geral às críticas feitas ao projeto pelos representantes dos servidores do Ibama, os senadores Expedito Júnior (PR-RO) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticaram, durante a audiência pública, a decisão do governo de enviar ao Congresso mais uma proposta polêmica e de difícil análise por meio de medida provisória, para a qual os prazos de tramitação são muito pequenos.

Em defesa do governo, Fátima Cleide (PT-RO) alegou que, mesmo na forma de MP, o assunto está sendo debatido com profundidade no Congresso. A mesma opinião foi defendida por Sibá Machado (PT-AC) e pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC), alegando que a MP foi usada porque o governo tem urgência na ação de proteção ambiental.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) perguntou sobre os recursos que irão possibilitar o funcionamento do Instituto Chico Mendes. Pela MP, parte substancial dos recursos antes arrecadados pelo Ibama passará para as mãos do novo instituto: a taxa de compensação ambiental, cobrada em empreendimentos que provocam danos ao ambiente, hoje de 0,5% sobre o valor do investimento, será aumentada para 2% e repassada integralmente para os cofres do novo instituto, para financiar as áreas de proteção ambiental.

Asibama diz que criação criará “caos”

O presidente da Associação dos Servidores do Ibama (Asibama), Jonas Moraes, disse aos senadores que a criação do Instituto Chico Mendes vai fragmentar o sistema de coordenação e controle das questões relativas ao meio ambiente no Brasil. Para reforçar seu argumento, ele lembrou o caso do Serviço Florestal Brasileiro, criado no ano passado para fortalecer as políticas de meio ambiente, mas que não saiu do papel até agora.

– A MP 366 cria gargalos que inviabilizarão a política ambientalista do país. Será o caos – garantiu o sindicalista, que foi ao debate acompanhado de dezenas de servidores, portando faixas e cartazes de protesto contra a medida.

Para Ana Maria Cruz, também da Asibama, com a criação do órgão serão extintos 130 escritórios do Ibama e ninguém sabe o que será colocado no lugar. Na opinião dela, o orçamento do Ibama sempre acaba prejudicado com o contingenciamento de verbas do governo federal.

Com a criação do Instituto Chico Mendes, pelo menos 330 cargos serão repassados à nova autarquia, que terá uma estrutura de 513 funcionários, dos quais 288 serão os administradores para cada uma das unidades de conservação, a serem indicados. Ana Maria advertiu ainda que, entre eles, serão criados 50 cargos de diretores, burocratizando e retardando decisões.

Para ministra, novo órgão terá prestígio

Criado em 1989, o Ibama jamais havia feito um concurso público até 2002. No final desse ano, começaram a ser chamados os aprovados no primeiro concurso. Até dezembro passado, o Ibama convocou para admissão 1.535 novos analistas ambientais, dos quais 1.318 foram efetivamente contratados. Somados os demais servidores do quadro, requisitados, temporários, terceirizados e os em cargos de comissão, o órgão tem mais de 6 mil servidores.

– Durante quatro anos, trabalhamos com afinco. Ao ser criado, o Ibama cuidava de 15 milhões de hectares, com 30 unidades de conservação. Hoje, são 70 milhões de hectares e 79 unidades de conservação – informou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para justificar a necessidade de desmembramento das atribuições e a criação do novo instituto.

Diante dos servidores do Ibama, ferrenhos opositores à proposta, a ministra previu que a implementação das unidades de conservação ambiental é tão relevante que, dentro de alguns anos, o Instituto Chico Mendes será tão amado e prestigiado quanto o Ibama.

– Assim como o Ibama representou um avanço, porque deteve o desmatamento, o Instituto Chico Mendes será fundamental para assegurar a conservação das unidades ambientais – argumentou a ministra.

Maior eficiência e rapidez é a meta

Depois de destacar que a cobrança da eficiência na gestão pública tem que ser feita e que o desmembramento de órgãos é uma medida que atende a essa exigência, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, negou que as unidades de conservação sejam empecilhos a projetos de desenvolvimento, como, por exemplo, no caso do complexo de hidrelétricas a ser construído no rio Madeira (RO).

– Discordamos da idéia de que as unidades de conservação [que hoje somam uma área de 70 milhões de hectares] não possam ser geridas de maneira global, sob a gestão de um presidente de autarquia preocupado com a criação de atrativos econômicos de exploração de turismo, geração de renda e, ao mesmo tempo, conservação do meio ambiente – concluiu.

Capobianco lembrou que, no final da década de 80, no Brasil existiam apenas o Conselho Nacional do Meio Ambiente, um órgão de políticas normativas, e o Ibama. Depois, na década seguinte, veio o Ministério do Meio Ambiente.

– Surgiu a necessidade de especializar ações e foram criados a Agência Nacional de Águas, a Secretaria Nacional de Pesca, o Serviço Florestal Brasileiro, iniciativas para melhorar a capacidade de gestão. A criação do Instituto Chico Mendes vai nessa direção – disse Capobianco.

Técnico vê riscos para a Amazônia

Um dos representantes dos funcionários do Ibama no debate, o analista de licenciamento ambiental Rodrigo Koblitz, afirmou que a internacionalização da Amazônia tem sido favorecida pela participação de organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, como a WWF, na gestão de unidades de conservação. A posição também dividiu as opiniões dos senadores.

– Na medida em que os planos de manejos estarão sob a gestão do Ins-

tituto Chico Mendes, que se valerá de ONGs para a elaboração desses planos de manejo das unidades, essas ONGs internacionais não representam um risco para a segurança nacional? – questionou Expedito Júnior (PR-RO).

Mas o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse não acreditar em tal risco e criticou o uso desse argumento “sem consistência” pelos funcionários do Ibama para condenar a criação do Instituto Chico Mendes.

Cientista do Conama defende unidades

Para o cientista Paulo Nogueira Neto, foi uma surpresa verificar a posição radical dos funcionários do Ibama contra o Instituto Chico Mendes.

Como primeiro secretário especial do Meio Ambiente nos anos 1970, quando o setor possuía apenas três salas e cinco funcionários, o representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) disse que testemunhou e aplaudiu a expansão de instituições e o aumento do número de funcionários que

passaram a cuidar da política nacional do meio ambiente no Brasil.

– As unidades de conservação são os instrumentos do futuro para proteger a biodiversidade. Há tempos venho falando da necessidade da criação de um órgão separado que se ocupe apenas das unidades de conservação, para combater a grilagem crescente. São 70 milhões de hectares, o que significa a superfície de 70 Líbanos, uma enormidade de território – opinou Nogueira Neto.

TECNOLOGIA Legislação atual, de 1962, não contempla a evolução tecnológica e a diversidade de opções do setor



Programação de TV aberta: projeto rediscute propriedade das empresas e produção nacional

Desafio é criar nova lei para comunicações

A diferença entre radiodifusão (TV e rádio), internet, telefonia celular e outras tecnologias é cada vez menos perceptível pelo usuário, já que todas podem distribuir voz, imagem, som e dados digitalizados. Porém, é justamente nas diferentes tecnologias de transmissão que se fixa o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962.

A defasagem entre realidade e legislação produz distorções no mercado de produção de conteúdo audiovisual no Brasil, o que faz com que os debates para atualizar a regulamentação do setor estejam sendo tratados com prioridade pelo Congresso.

Um outro equilíbrio nessa relação, ainda longe de consensual, é sugerido pelo projeto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relatado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em discussão nas comissões de Educação (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). As duas comissões vêm realizando audi-

ências públicas sobre o assunto (*leia mais abaixo*).

Um dos principais problemas atacados pelo projeto (PLS 280/07) é a propriedade das empresas. Rádios e TVs, concessões públicas, têm participação do capital estrangeiro restringida a 30%. Já as operadoras de TV a cabo podem ter até 49% de participação de sócios estrangeiros, enquanto as empresas de telecomunicação, de TV via satélite e de internet podem estar na sua totalidade nas mãos de estrangeiros.

Além dessa disparidade, a preocupação recai sobre o conteúdo audiovisual, pois, hoje, qualquer empresa, estrangeira ou nacional, grande ou pequena, pode produzir programas e apresentá-los como nacional. As empresas locais defendem a proteção à cultura e à língua brasileiras.

Atenta a esse temor, a proposta define que produzir, programar e prover sinais de sons, imagens ou dados para distribuição por meio eletrônico, independentemente

da tecnologia utilizada, serão atividades privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. É assim que a proposta busca assegurar prioridade a empresas brasileiras para operarem no mercado audiovisual brasileiro e produzir "conteúdo brasileiro".

Segundo o projeto, por empresa brasileira entende-se aquela com sede no país e com 51% do capital votante nas mãos, direta ou indiretamente, de brasileiros. Não só a propriedade, mas também a gestão das empresas, inclusive sua responsabilidade editorial, terão que ficar a cargo do sócio ou de grupo de sócios brasileiros.

A restrição estabelecida à produção, programação e provimento não foi estendida à distribuição do conteúdo. Ou seja, as operadoras de telefonia fixa ou móvel e os prestadores dos serviços de TV por assinatura poderiam, com sua atual composição acionária, distribuir livremente conteúdo brasileiro através de suas redes, desde que produzido por brasileiros.

Regras propostas suscitam muitas dúvidas

A segunda audiência pública da CE expôs divergências e dúvidas acerca da viabilidade da adoção das regras sugeridas no PLS 280/07 para regulamentar a comunicação social. Questionamentos sobre quem deve ser reconhecido como produtor de conteúdo que represente a cultura nacional e como controlar a distribuição de conteúdos pela internet foram apresentados durante a reunião.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede Internet, Eduardo Fumes Parajo, o projeto não tem condições de ser aplicado à internet. Motivo: esse meio de comunicação tem caráter internacional.

Gustavo Dahl, presidente do Conselho da Cinemateca Brasileira, concorda com a observação,

já que "a internet dissolveu as fronteiras". Ele coloca em dúvida o conceito de que, pelo simples fato de uma empresa ser brasileira, ela vá proteger os interesses nacionais e da cultura brasileira. Numa ótica diferente, Dahl defendeu a desconcentração da produção nacional, hoje reunida nos meios de comunicação eletrônicos como forma de equilibrar o mercado e abrir espaço para a cultura nacional.

O presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores, João Carlos Saad, que também preside o Grupo Bandeirantes de Comunicação, propôs maior participação do conteúdo nacional nas emissoras de TV. Ele pregou a democratização do setor, por meio da entrada de mais empresas de comunicação no mercado,

evitando o monopólio, prejudicial à sociedade e à cultura.

Já o presidente da Rede Minas, Antonio Achilis Alves da Silva, condenou a abertura "desregrada às colonizações intelectuais que vêm do exterior", com destaque para os filmes norte-americanos. Para ele, sem restrições, não há identidade nacional que resista.

Dúvidas levantadas durante a reunião levaram o relator do projeto, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a propor a realização de uma audiência pública com o grupo de trabalho que está elaborando, no Executivo, proposta para a Lei Geral da Comunicação Social.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que sua proposta tem por meta preservar e proteger o conteúdo nacional dos efeitos da globalização e, ao mesmo tempo, dar oportunidade para que a "rica" cultura nacional também possa ser um produto de exportação.

Conteúdo audiovisual em tempos de convergência

ANA LUIZA FLECK SAIBRO

das novas tecnologias.

No novo cenário das comunicações brasileiras resultante de desenvolvimentos tecnológicos recentes, três questões parecem dominar o debate: a preservação da identidade cultural, a proteção às empresas nacionais e o direito de explorar livremente novas atividades econômicas.

À medida que se reduzem as distâncias e se multiplicam os canais de comunicação, informação e idéias passam a circular por meio de diversas plataformas de distribuição. A derrubada de fronteiras permite a difusão global do conhecimento, de novos conceitos e padrões. Por outro lado, as barreiras entre os serviços e, por consequência, entre as empresas de telecomunicações e de comunicação social, tornam-se mais tênues, provocando uma "invasão" recíproca dos respectivos mercados.

De fato, a convergência de serviços e tecnologia já existe em muitos mercados. Competidores de diversos segmentos – telefonia fixa, telefonia móvel, operadores de TV por assinatura e empresas geradoras de conteúdo – já oferecem pacotes de serviços convergentes. É natural que isso implique uma alteração do modelo de negócios de empresas do setor de comunicações. Requer, ainda, um quadro institucional e normativo condizente com o potencial extraordinário

Mas o que está em disputa, na verdade, é o conteúdo audiovisual. Até recentemente veiculado apenas pelos canais de rádio e televisão, hoje o conteúdo pode ser gerado e transmitido por novos meios de distribuição. Nesse contexto, debate-se, por um lado, a conveniência ou não da abertura para que qualquer prestadora de serviços de telecomunicações, além das empresas de radiodifusão, possa produzir e distribuir conteúdo audiovisual. De outro, se apenas as empresas controladas majoritariamente por capital nacional podem explorar essas atividades ou se é possível também prever a participação do capital estrangeiro.

Qualquer inibição à exploração plena dos novos serviços, por meio da restrição ao capital social das empresas, ou com base nas plataformas tecnológicas, pode ter consequências indesejáveis para o setor. A limitação à diversidade e à pluralidade de fontes de informação pode trazer prejuízos à democracia. O que não deve ser perdido de vista e deve ser inserido como prioridade nos debates sobre o tema é a conveniência de o usuário desfrutar integralmente os benefícios gerados pelos novos serviços de comunicação.

Jornalista e consultora do Senado

Produção nacional precisa de incentivo e proteção

O conteúdo dos audiovisuais brasileiros precisa representar a diversidade cultural do país e deve ter um novo modelo, incentivado e protegido pela nova lei para a comunicação social. Essa foi a opinião comum dos participantes da audiência pública "Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica", promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). As reivindicações guardam semelhança com o que foi pedido pelos representantes do teatro (*veja na página 9*).

Para o superintendente da Associação Brasileira de Telecomunicações, César Rômulo Silveira Neto, a legislação deve preservar a cultura nacional e promover a inclusão social, com estímulo à produção de conteúdos nacionais, especialmente educativo.

O diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Leopoldo Nunes, afirmou que as empresas de TV ainda produzem conteúdos de acordo com o modelo da década de 50, quando a TV foi trazida ao país. O atual cenário de convergência tecnológica, disse, é uma oportunidade para a correção de distorções no mercado e a nova legislação deve levar à diversidade da oferta de conteúdo e ao surgimento de novos produtores.

Diretora da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema, Assunção Hernandes cri-



Leopoldo Nunes, diretor da Ancine: modelo de produção é o mesmo desde os anos 50

tou o fato de que a regulamentação para o dispositivo constitucional que trata da regionalização da produção cultural tramita há 15 anos no Congresso.

Já o presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares, Ercio Alberto Zilli, ressaltou que a legislação para o setor de audiovisual deve levar em consideração a facilidade de disseminar informações, graças à evolução tecnológica, e observar que o usuário, hoje, não é mais receptor passivo, que consome o que as empresas lhe oferecem.

No comando da reunião, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) comunicou que a CCT vai pedir a inclusão de um representante de produtores independentes no Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso.

TECNOLOGIA Evolução permanente e veloz torna impossível legislação que contemple todo e qualquer sistema

Ênfase deve ser dada à proteção do conteúdo

O mercado de audiovisual movimenta US\$ 450 bilhões por ano em todo o mundo e US\$ 5 bilhões no Brasil. Se, de um lado, usa as mais sofisticadas tecnologias de comunicação e informática, por outro, envolve a expressão artística e cultural das nações – um produto imaterial. Portanto, não se trata de um mercado qualquer.

Cada vez mais rápida, a convergência – em que a programação pode ser transmitida por vários sistemas (telefonia fixa e celular, radiodifusão, satélites, internet etc.) e aparelhos (TV convencional e a cabo, cinema, telefone celular, computador etc.) – torna praticamente impossível à legislação acompanhar cada inovação da tecnologia.

Dessa forma, a preocupação acerca de uma nova lei para o setor está voltada à criação de regras eficientes para a proteção e produção do conteúdo audiovisual. O temor é que grandes produtores, como os EUA (veja abaixo), financiados por grandes indústrias como a de telecomunicações, leve ao enfraquecimento da produção nacional e, assim, à invasão de conteúdos estranhos à cultura e à língua locais.

Por isso, vários países buscam compatibilizar suas leis a essa realidade. Além de proteger a identidade nacional, a meta é definir padrões mínimos de qualidade e o desenvolvimento de um mercado próprio, capaz de gerar renda e com grande potencial de criação de empregos qualificados.

Características do sistema brasileiro e dos modelos de França, Canadá e Alemanha

França

- Uma taxa de serviços de televisão de 117 euros é cobrada de cada cidadão.
- Toda a programação de canais públicos e privados, com exceção da parte editorial, vem de produtores independentes.
- Os canais de televisão devem realizar suas produções preferencialmente com empresas francesas.
- A compra é feita somente com relação aos direitos de exibição. A propriedade sobre o produto audiovisual continua sendo do produtor.

Canadá

- Metade da programação das TVs deve ser canadense, de acordo com critérios para que um programa seja considerado nacional.
- Toda a produção audiovisual (com exceção das áreas editorial e de jornalismo) está nas mãos de produtores independentes.
- US\$ 1 bilhão é destinado a co-produções internacionais com 53 países, US\$ 10 milhões dos quais com produtores brasileiros.
- Fundos públicos e privados empenham orçamentos elevados na produção de conteúdo local, visando retorno comercial ou não.

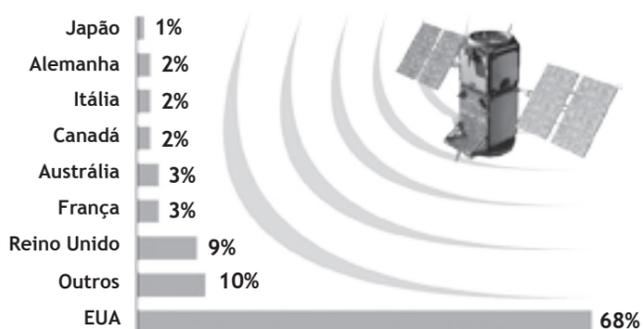
Alemanha

- A programação de TV é fornecida por produtores independentes. As duas maiores redes privadas de TV investem basicamente em noticiário.
- Canais públicos são mantidos por um fundo público.
- Cada pessoa que compra um aparelho de TV paga 18 euros por mês para a composição do fundo público.
- Canais privados são financiados apenas pela publicidade.
- Produtoras independentes têm à disposição fundos regionais.

Brasil

- Os principais responsáveis pela produção são os canais de televisão (Globo, principalmente)
- Não há regra para estimular a compra e exibição da produção independente.
- Recursos públicos e incentivos fiscais, regionais e federais, são oferecidos para a produção de filmes e conteúdos por produtores independentes, mas não há fundo específico.
- Não há restrição quanto à proteção de conteúdo. Qualquer empresa, inclusive estrangeira, pode produzir o que quiser para o mercado nacional.
- Empresas de radiodifusão (TV e rádio) só podem ter até 30% de capital estrangeiro e empresas de TV a cabo, 49%. Empresas de telecomunicações, que englobam a telefonia fixa e celular, e a internet não têm limite para participação de capital estrangeiro.

Principais exportadores de audiovisual



Fonte: Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPI-TV)



Convergência digital vai permitir que empresas de telefonia ofereçam programas em suas telinhas

Muito caro, rádio digital ainda vai demorar

A implantação do rádio digital no Brasil deve ser realizada de forma gradual, segundo a opinião de participantes da audiência pública que discutiu o tema, na quinta-feira, na CCT.

O assessor especial da Casa Civil da Presidência, André Barbosa Filho, disse que a transição para o sistema deve dar prazo para que usuários adquiram os novos receptores de rádio digital, ainda importados e muito caros (cerca

de US\$ 150). Para ele, a implantação do novo sistema é uma oportunidade para que seja estimulada a fabricação de equipamentos no Brasil, a preços baixos, tendo em vista que a indústria nacional está paralisada há dez anos.

Barbosa Filho disse acreditar que há risco de os chineses dominarem o mercado de equipamentos no Brasil, por isso defende proteção legal à indústria nacional do setor.

Na opinião do assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Ronald Barbosa, a migração de um sistema para outro traz mais impactos que a introdução de uma nova tecnologia, por conta da defasagem dos equipamentos.

– É importante levar em conta os milhões de receptores existentes e que o público não tenha que fazer mudanças abruptas – alertou.

Teatro reivindica uma agência nacional

A criação de legislação específica e da Agência Nacional do Teatro foi a principal reivindicação de representantes do setor durante audiência pública realizada na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação

(CE). Em resposta, os senadores que participaram da reunião apoiaram a proposta e prometem se mobilizar para torná-la realidade.

O produtor teatral e especialista em legislação cultural Paulo Péllico justificou a necessidade de uma política nacional para o teatro porque, atualmente, as leis de incentivo à cultura tratam de maneira igual atividades desiguais, como cinema, teatro, museologia e artes plásticas. Enquanto isso, reclamou, o país recebe, diariamente, "o que há de pior na indústria cultural dos Estados Unidos", país onde a indústria é subsidiada, já que representa a segunda receita de exportação e é tratada como atividade estratégica.

Já a atriz Beatriz Se-

gall afirmou que o teatro, apesar de receber poucos recursos, é a base de todas as técnicas audiovisuais e até mesmo do circo. A agência, sugeriu, seria importante para fazer a população entender o papel do teatro na formação cultural da nação.

Para Marley Bisol Danckwardt, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio Grande do Sul, o que está em discussão é a identidade cultural e, por isso, o setor necessitaria de mais créditos e subsídios. Ela sugeriu a adoção de uma taxa sobre os ingressos e crédito para construção e recuperação de espaços cênicos.

O ator, produtor e diretor teatral Odilon Wagner caracterizou o teatro como indústria geradora de empregos, relevante para a educação e o turismo. Segundo ele, há 120 peças em cartaz somente em São Paulo. Cada uma gera 50 empregos diretos, além de empregos indiretos – cenógrafos, figurinistas, costureiras etc.



Beatriz Segall vê o teatro como base para todas as atividades ligadas ao audiovisual

Senadores apóiam criação de política para o setor

Os senadores presentes à audiência se comprometeram a apoiar as reivindicações do teatro e registraram que a legislação que levou à criação da Agência Nacional do Cinema começou a ser desenhada na CE.

Marisa Serrano (PSDB-MS) propôs a elaboração de anteprojeto sobre a agência para o teatro e sobre uma política nacional para o setor que reúna sugestões dos interessados para, posteriormente, ser apresentada ao governo.

Heráclito Fortes (DEM-PI) en-

tende que quem deve opinar sobre o assunto são as pessoas do ramo, por meio de uma futura agência nacional. Para ele, a meia-entrada no teatro só deveria valer depois da metade da temporada, quando os custos da produção já estivessem cobertos. A segunda etapa serviria para a popularização do teatro.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), considerou fundamental a brasilidade dos espetáculos. Ela informou que, nos Estados Unidos, a indústria que mais fa-

tura, depois da armamentista, é a de entretenimento. Ela sugeriu que o teatro, como se faz com o esporte, seja incentivado nas escolas, abrindo a possibilidade de jovens se transformarem, se não em artistas, em apreciadores de teatro.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) reconheceu as dificuldades do setor, apesar da existência de 180 entidades ligadas ao teatro, mas ressaltou o papel das artes cênicas no processo cultural da Humanidade.

REFORMA POLÍTICA Senador do PCdoB pede vistas de duas propostas e adia votação na CCJ para após o recesso



Tasso (E), relator, e os autores das PECs, Jarbas e Marco Maciel, com Inácio Arruda: voto só em agosto

Reforma política só no segundo semestre

Dois propostas de emenda à Constituição (PECs) relativas à reforma política só serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em agosto. A PEC 23/07 atribui aos partidos a titularidade dos mandatos e prevê a perda do cargo para os parlamentares que mudarem de legenda. Já a PEC 29/07 restringe as coligações entre partidos apenas às eleições majoritárias (prefeitos, governadores, presidente e senadores).

As duas propostas tinham parecer favorável do relator, Tasso

Jereissati (PSDB-CE), porém Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu prazo (vistas) de uma semana para analisar a proposta, adiando a votação para após o recesso. O senador foi acusado pelos autores das propostas de protelar a tramitação. Marco Maciel (DEM-PE), primeiro signatário da PEC 23/07, disse que há um “déficit de governabilidade” que as emendas poderiam ajudar a corrigir.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), autor da PEC 29/07, declarou que, na impossibilidade de uma reforma política mais profunda, ao me-

nos as duas propostas poderiam ser aprovadas. Ele lamentou que a transferência da votação para agosto atrasará a tramitação na Câmara, o que deve impedir que as novas regras possam ser aplicadas já nas eleições de 2008.

– Esse calendário foi para o beleléu – afirmou Jarbas.

Em sua defesa, Arruda alegou que o PCdoB tem “profundas divergências” em relação às propostas, inclusive com a possibilidade de perda do mandato dos parlamentares que mudarem de partido.

Sibá cobra votação urgente de novas regras para suplentes

Sibá Machado (PT-AC), que chegou ao cargo como suplente, cobrou da CCJ a votação de matérias que propõem novas regras para a escolha de senadores que substituem os titulares, nas hipóteses de licença, renúncia, cassação ou morte. Atualmente, os dois suplentes de cada senador integram a chapa do titular e são eleitos pelos votos dados a ele, mas, segundo Sibá, os “suplentes não são bem vistos”.

O vice-presidente da CCJ, Valter Pereira (PMDB-MS), pedirá ao relator, José Maranhão (PMDB-PB), pressa na análise das PECs 11/03, 8/04 e 42/04, para votação no segundo semestre. Ele citou a enquête do DataSenado segundo a qual 67% dos entrevistados discordam do sistema de eleição dos suplentes (veja ao lado).

Em Plenário, Sibá lembrou que uma de suas primeiras iniciativas no mandato foi apresentar a PEC 11/03 para mudar a escolha do suplente de senador e a eleição para o Senado nos casos em que o cargo ficar vago.



Segundo Sibá, suplentes “não são bem vistos” e por isso apresentou PEC sobre o tema

Segundo Sibá (suplente da senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva), a proposta atende aos apelos da sociedade, que questiona a legitimidade dos atuais substitutos dos senadores.

A proposta proíbe que o suplente tenha parentesco de até segundo grau com o candidato titular e estabelece que o suplente, nos casos de renúncia, cassação do mandato ou morte do titular, somente irá substituir o titular até a eleição seguinte, sem cumprir todo o mandato de oito anos.

A PEC prevê que a eleição do novo senador ocorrerá nas eleições seguintes, gerais ou municipais, que se seguirem ao surgimento da vaga, exceto se faltarem 70 dias ou menos para o pleito (a escolha seria então transferida para a eleição seguinte).

Sibá observou que a proposta evita escolhas indiretas, mas não contempla os substitutos de senadores que exercem cargo no Executivo.

– Entendo que isso não se constitui um problema, pois estão exercendo o mandato de forma precária, já que o titular poderá voltar a qualquer momento – explicou.

Segundo ele, a proposta é fruto de um debate iniciado pela própria Marina Silva, que apresentara projeto vedando que parentes de até segundo grau fossem candidatos a suplente. Na época, a proposta acabou rejeitada, pois obteve apenas 38 votos favoráveis. Há necessidade de 41 votos para a aprovação de um projeto de lei complementar.

DataSenado: financiamento público e voto obrigatório não têm apoio

Levantamento realizado pelo DataSenado sobre reforma política revela que o financiamento público de campanha, o voto obrigatório e o atual sistema de suplência dos senadores não têm apoio majoritário entre os mais de mil entrevistados na consulta. Enquanto isso, eles acreditam que o político que muda de partido deve perder o cargo e que ocupantes de cargo eletivo não deveriam ser protegidos pelo sigilo de informações bancárias, telefônicas e fiscais. Essas são algumas das constatações da pesquisa, que está resumida abaixo.

Financiamento público

Para 49% dos entrevistados as campanhas políticas devem receber apenas contribuições do setor privado; 31% se revelam favoráveis ao financiamento público de campanhas eleitorais; 13% defendem o financiamento misto.

Voto obrigatório

61% dos entrevistados são contra a obrigatoriedade de comparecer às urnas. Já para 36%, o voto obrigatório é bom, pois quanto mais brasileiros votarem, melhor.

Mandato presidencial

72% dos entrevistados defendem mandato de quatro anos para presidente, governadores e prefeitos. Do total, 42% são a favor da reeleição e 30% são contrários; 15% acham que o mandato deve aumentar para cinco anos, sem reeleição; e 11% preferem mandato de seis anos, sem reeleição. Para 57% dos entrevistados, as eleições deveriam ser realizadas de forma unificada apenas de quatro em quatro anos.

Suplentes

Atualmente, ao votar em um senador, o eleitor também elege na mesma chapa dois suplentes do parlamentar; 72% não concordam com esse modelo e preferem escolher os suplentes separadamente.

Fidelidade partidária

Para 61% dos entrevistados, os parlamentares devem ser obrigados a ficar pelo menos três anos no partido pelo qual se elegeram; 29% entendem que o político deve perder o cargo caso queira trocar de partido. Apenas 7% acham que os parlamentares podem trocar de partido quantas vezes quiserem. As mulheres são as que mais defendem a fidelidade partidária – 68% das mulheres contra e 53% dos homens ouvidos.

Sigilo bancário

A legislação brasileira assegura o sigilo bancário e fiscal a todos os cidadãos, sendo que a sua quebra só pode ser realizada por meio de decisão judicial. Porém, para 61% dos entrevistados, o sigilo bancário e fiscal não deveria valer para ocupantes de cargos eletivos; 35% consideram que não deve haver mudança.

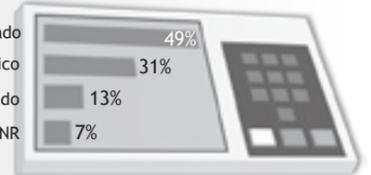
Sistema político

56% dos entrevistados se mostraram favoráveis à revisão do sistema de governo “envolvendo o parlamentarismo e o presidencialismo”, enquanto 23% são contra a revisão do sistema e 14% se mostraram indiferentes ao tema.

Fonte: Pesquisa do DataSenado realizada entre os dias 21 e 28 de maio, por telefone, junto a 1.094 pessoas das 26 capitais dos estados e do Distrito Federal, com idade igual ou superior a 16 anos.

Financiamento de campanhas políticas

Devem receber apenas dinheiro privado 49%
Devem receber apenas dinheiro público 31%
Devem receber dinheiro público e privado 13%
NS/NR 7%



Qual sua opinião sobre a troca de partidos dos parlamentares depois da eleição?

	Total	Masculino	Feminino
Deve ficar como está	7%	8%	7%
Devem devolver o mandato	29%	36%	22%
Devem ficar pelo menos 3 anos no partido	61%	53%	68%
NS/NR	3%	3%	3%

Ao votar em um senador da República, o eleitor também elege na mesma chapa dois suplentes do senador. Em sua opinião esse sistema deve:

	Frequência	Percentual
Mudar para que cada suplente também seja votado	784	72
Continuar da mesma forma que é hoje	283	26
NS/NR	27	2
Total	1.094	100

ÉTICA Renan marca a reunião que decide sobre novos pedidos à PF; oposição quer garantir andamento do processo

Mesa decide sobre perícia nesta terça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para terça-feira a reunião da Mesa que vai deliberar sobre o pedido de perícia da Polícia Federal (PF) em seus documentos. A decisão provocou protestos na quinta-feira, data em que senadores da oposição esperavam que a reunião fosse realizada (*veja matéria abaixo*).

Renan negou que o adiamento da decisão seja uma “manobra protelatória”. Segundo disse, um dos documentos do conselho somente chegou a ele no fim da tarde da quinta. Com a reunião na terça haverá tempo para notificação dos advogados das partes (de Renan e do PSOL, autor da representação contra o senador) sobre a perícia.

– Ninguém tem mais interesse que esse processo corra rápido do que eu, porque quero demonstrar minha inocência – disse Renan, acusado de ter despesas pessoais pagas por um funcionário da

construtora Mendes Júnior.

Almeida Lima (PMDB-SE) – um dos três relatores do processo contra Renan – discordou do pedido. Para ele, a perícia só pode ser feita com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). Mas os outros relatores, Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), votaram favoravelmente à solicitação, argumentando que não se trata de processo criminal, mas administrativo.

O conselho também entregou pedido para que Renan apresente, em cinco dias, novos documentos em sua defesa, entre eles, os itens que, segundo a PF, faltam para elaborar um laudo definitivo.

Marisa Serrano informou que o conselho vai requisitar a Mônica Veloso, jornalista e mãe de uma filha de Renan, e a Cláudio Gontijo, funcionário da Mendes Júnior, informações sobre datas e locais em que dinheiro foi repassado para a jornalista.



Demostenes Torres (D) em um dos vários protestos contra adiamento da reunião da Mesa do Senado



Renan disse ter pressa nas apurações, mas oposição decidiu obstruir votações em Plenário até que a Mesa peça perícia da Polícia Federal

Oposição protesta, deixa o Plenário e promete vigília

Senadores que não concordam com a permanência de Renan na Presidência da Casa decidiram que manterão vigília até esta terça-feira, à espera da reunião da Mesa para deliberar sobre o pedido do Conselho de Ética para que a Polícia Federal aprofunde as investigações.

– Caso haja manobra na terça, temos alternativas – afirmou Arthur Virgílio (PSDB-AM).

José Agripino (DEM-RN) entende que teve início “enfrentamento entre a Presidência do Senado e o Plenário”, e não entre governo e oposição.

– O presidente está pensando mais em si do que na instituição. Ele imagina que é uma questão pessoal. Será que ele perdeu a razão? – questionou.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) sustentou que “Renan Calheiros está interferindo nas investigações”. Acrescentou: “Não nos sentimos mais presididos e com condição de legislar normalmente”.

Demostenes Torres (DEM-GO), membro do Conselho de Ética, assinalou que “a Mesa não reconhece que ele está impedido”.

– Agora, é resistência. Se for o caso, vamos ao STF pedir para a investigação continuar – disse.

Romeu Tuma (DEM-SP) condenou a demora na investigação, frustrando a sociedade. “A solução será amarga, mas necessária. Quando mais rapidamente ela vier, melhor, até mesmo para o presidente da Casa”, disse.

Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com a tese de que a demora alimenta a crise. Para ele, o apoio a Renan diminui enquanto as apurações não terminam,

já que a impressão é de que Renan não quer apurar, mas salvar-se. “Ele está mostrando para o Brasil que está usando o cargo”, disse.

Diferentemente, Paulo Duque (PMDB-RJ) não vê crise no Senado. Na sua opinião, renúncias ocorridas no passado configuraram crises e não o “blablablá”. Ele reafirmou sua confiança em Renan. “Ele continua, pois foi eleito e não vai renunciar”, afirmou. Para Duque, oportunamente, os senadores votarão pela permanência de Renan na Casa.

Wellington Salgado (PMDB-MG) concorda que não há crise, mas, sim, “um segundo turno” das eleições para a Presidência da Casa. Para Valter Pereira (PMDB-MS), investigação não pode servir aos que gostam dos holofotes.

Renan rechaça pedido de afastamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou na terça-feira, em Plenário, que quem quiser tirá-lo do cargo “terá de sujar as mãos”. Ele respondeu à interpelação do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que considerou grave o fato de Renan ter entrado com recursos no Conselho de Ética sem se desligar da Presidência.

– Não temos nada contra vossa excelência se defender, mas fazê-lo na condição de

presidente é obstáculo à livre investigação – avaliou Virgílio, referindo-se ao fato de os advogados de Renan questionarem procedimentos do conselho.

Renan disse que os pedidos para que se licencie do cargo decorrem de interesses políticos.

– Que armem uma forca ou façam uma fogueira na porta do Senado, mas vou me defender, vou exercer o meu direito constitucional. Vou até o fim. Não arredarei pé. Na adversidade é

que a alma cresce. Não vão me tirar da Presidência com cara feia – declarou.

Ele reafirmou ter apresentado provas de sua inocência e se disse disposto a abrir sigilos bancário e fiscal, além de ir ao conselho para se defender.

– Ainda não sei do que me acusam e também não vejo a opinião pública contra mim – disse, informando que solicitou ao Ministério Público que o investigue.

Pressão envolveu a aprovação da LDO

Na quarta-feira passada aumentou a pressão de parlamentares para que o presidente do Senado, Renan Calheiros, se afastasse do cargo. Deputados de vários partidos prometiam protestos caso Renan presidisse o Congresso na sessão destina-

da a votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (*veja mais na página 3*).

PSOL, DEM e PSDB ameaçaram obstruir a sessão, o que dificultaria a aprovação da LDO e adiaría o recesso parlamentar. Ao saber que Renan não

presidiria a sessão, a oposição cancelou os protestos.

– Vou presidir se os trabalhos não estiverem andando. Se tudo caminhar normalmente, o deputado Narcio Rodrigues presidirá – afirmou o presidente do Senado.

Os esclarecimentos pedidos pelo conselho à perícia da PF

- se as notas fiscais apresentadas por Renan são autênticas, válidas ou legítimas
- se as guias de Transporte de Animais (GTAs) apresentadas e as primeiras vias das notas fiscais são autênticas
- se há relação entre as notas e as GTAs
- se são autênticas as declarações de Imposto de Renda e os extratos bancários
- se há compatibilidade entre os recibos de venda de gado e os depósitos
- se as operações de venda de gado descritas nas notas fiscais ocorreram

Obs.: Em documento enviado ao Conselho de Ética, a defesa de Renan quer que a PF somente confirme se as notas fiscais, GTAs, declarações de Imposto de Renda e extratos bancários apresentados em sua defesa são autênticos, se há algum documento falso na defesa e se os valores apurados nas vendas de gado mencionados foram depositados em sua conta bancária, no Banco do Brasil.

Outras análises que devem ser feitas a pedido do conselho

- evolução patrimonial de Renan Calheiros entre 2002 e 2006, pelas declarações de Imposto de Renda apresentadas
- se essa evolução patrimonial é compatível com a renda declarada, bem como se essa renda, que seria oriunda de atividade rural, é compatível com as notas fiscais de produtor apresentadas
- se valores das transações informados refletem a média praticada no mercado de compra e venda de gado no estado e região, ou se haveria superfaturamento
- averiguar se o senador teria capacidade econômico-financeira para pagar os compromissos alimentícios com a jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha
- se saques em dinheiro ou transferências bancárias das contas do senador são coincidentes ou correspondentes aos valores e ao período em que a jornalista recebeu os recursos (janeiro de 2004 a dezembro de 2006)

PSOL quer investigar relações com Schincariol

Após o recesso, o PSOL deve entrar com nova representação contra Renan Calheiros, para que seja investigado se o presidente do Senado teria beneficiado a Schincariol depois de a cervejaria comprar uma fábrica do irmão dele, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), em Alagoas, conforme denúncias da imprensa. O anúncio foi feito por José Nery (PSOL-PA).

Gim Argello pode ser investigado ao assumir

A pedido de José Nery (PSOL-PA), a consultoria legislativa do Senado respondeu em parecer técnico que o suplente do ex-senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), Gim Argello (PTB-DF), poderá sofrer processo por quebra de decoro se assumir o mandato, ainda que as acusações contra ele se refiram a irregularidades supostamente praticadas antes da posse.

COMISSÕES

CPI quebra sigilo de suspeitos na Infraero

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo pedirá quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pelo menos 15 envolvidos no contrato firmado entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e a FS3, no valor de R\$ 26,8 milhões, segundo informou o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO).

De acordo com Demostenes, o contrato foi feito sem licitação e há suspeita de que o valor tenha sido superfaturado. O senador afirmou que as ocorrências de corrupção comprovadas na Infraero estão diretamente ligadas ao chamado “apagão aéreo”, uma vez que recursos que deveriam ir para obras de infra-estrutura foram desviados.

O contrato entre a Infraero e a FS3 foi suspenso depois que



Fernando de Andrade, auditor da Infraero (E), fala à CPI, ouvido pelo procurador Rômulo Conrado, Alessandra Borba e Tião Viana

auditoria interna apontou as primeiras irregularidades. Calcula-se que efetivamente chegaram a ser pagos R\$ 10 milhões do total de R\$ 26,8 milhões que seriam gastos se não tivesse havido a suspensão do contrato, explicou o relator.

A CPI ouviu na semana passada representantes de órgãos que in-

vestigam as irregularidades, entre eles a delegada da Polícia Federal Alessandra Borba; os procuradores do Ministério Público Rômulo Moreira Conrado e Gilberto Waller Júnior; o analista da Controladoria Geral da União (CGU) Amarildo José Leite e o auditor da Infraero Fernando Silva de Andrade.

Auditoria interna comprovou custos acima do esperado

Autoridades que investigam os indícios de irregularidades no contrato firmado entre a Infraero e a empresa FS3, que forneceu, por R\$ 26,8 milhões, *software* para gerenciamento de mídia em 65 aeroportos brasileiros foram ouvidas pela CPI do Apagão Aéreo na última terça-feira. Segundo Demostenes Torres, há informações de que o *software* custaria no máximo R\$ 4 milhões. O senador apontou irregularidades como, por exemplo, o fato de o contrato ter sido assinado pelo mesmo funcionário da Infraero que fez a proposta de instalação do sistema, Fernando de Almeida.

O auditor interno da Infraero Fernando Silva de Andrade informou que o custo da implantação foi considerado fora dos padrões devido à “pouca complexidade”

do programa. Também foram percebidas situações pouco usuais, como os fatos de o *software* ficar hospedado na FS3, apesar de ter sido comprado pela Infraero; e da empresa inglesa que teria confeccionado o *software* não existir mais. O analista da CGU Amarildo José Leite informou que a controladoria constatou irregularidades no contrato e enviou nota técnica sobre o assunto à CPI.

Para José Agripino (DEM-RN), “é necessário haver melhor planejamento estratégico do tráfego aéreo nacional, e a Infraero deverá ter papel fundamental nesse sentido”. O presidente da CPI, Tião Viana (PT-AC), reconheceu a necessidade de crescimento dos aeroportos e defendeu a criação de parcerias público-privadas com esse objetivo.

Empresária faz nova denúncia sobre acertos em contratos

Ao concluir seu depoimento na CPI do Apagão Aéreo, a empresária paranaense Sílvia Pfeiffer acusou a Infraero de repassar à Gol, sem licitação, as áreas aeroportuárias da extinta empresa Transbrasil.

Na primeira parte do depoimento – interrompido em 21 de junho por uma crise de hipertensão –, Sílvia denunciou irregularidades em contratos realizados pela empresa da qual era sócia, a Aeromídia, com a Infraero.

A empresária também afirmou ter gravação comprovando a existência de direcionamento de licitação envolvendo contrato publicitário de R\$ 1,2 milhão com os Correios (ECT).

Fórum defende plano do Brasil contra aquecimento

A criação de um plano nacional por meio do qual o governo e a sociedade traçariam estratégias de ação para enfrentar as consequências do aquecimento global foi defendida pelo secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, em audiência na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Criado em 2000, o fórum pretende conscientizar e mobilizar a sociedade sobre os problemas decorrentes do efeito estufa, bem como sobre as aplicações do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), revisto no Protocolo de Kyoto.

Entre as sugestões encaminhadas pelo fórum estão a aceleração do reflorestamento em áreas degradadas; a definição de limites

ao desmatamento e queimadas; a criação de uma rede brasileira de pesquisa sobre mudanças climáticas; a medição obrigatória de emissões no licenciamento anual de veículos; e a adoção de índices mínimos de eficiência energética para automóveis.

O plano também preveria a implantação de taxas diferenciadas de consumo de energia elétrica; o incentivo ao transporte coletivo não-rodoviário; a expansão de fontes renováveis de energia; a consolidação da política de biocombustíveis; a discussão sobre as mudanças climáticas na rede de ensino; e a elaboração de políticas de conservação.

A idéia de criação do plano ganhou o apoio do senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da



Luiz Pinguelli Rosa, membro do fórum criado em 2000 para debater mudanças climáticas

subcomissão. Para ele, embora o Brasil colabore de forma modesta para o aquecimento global, o país pode ser pioneiro a adotar diretrizes específicas para encarar as mudanças climáticas. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou a importância da oferta de energia para o crescimento econômico do país. Segundo o parlamentar, o Brasil dispõe de recursos naturais que favoreceriam a utilização da energia eólica e solar, entre outras.

Mercadante sugere agenda prioritária para o Senado

Uma agenda prioritária para exame do Senado no segundo semestre deste ano foi defendida por Aloizio Mercadante (PT-SP). Para o senador, a Casa deve ater-se a temas que realmente digam respeito à vida da população e não se prender a uma “agenda apenada”.

Entre as propostas apresentadas por Mercadante, estão a conclusão da votação das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – com ênfase naquelas relacionadas ao setor de logística (portos e aeroportos) e ao setor energético –, o aprimoramento dos instrumentos legais das parcerias público-privadas (PPPs), a conclusão da reforma

tributária, a votação do projeto destinado a aperfeiçoar a lei do Supersimples, e a definição de um marco regulatório para o setor energético.

Ele também reforçou a necessidade de criação do Imposto de Valor Agregado (IVA) no novo projeto de reforma tributária a ser enviado pelo governo ao Congresso em agosto. Além disso, Mercadante ressaltou a importância de que seja dada continuidade ao exame do pacote de medidas para a área de segurança pública e à votação de propostas importantes para a educação, com ênfase na inclusão digital de estudantes de escolas públicas.

Jucá: contratação pela CLT não prejudicará servidores

Ao comentar o projeto que regulamenta a criação das fundações instituídas pelo poder público – enviado esta semana ao Congresso –, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que tais fundações vão atuar em determinados segmentos do governo, e não de forma generalizada.

O senador também disse que essas fundações terão mais autonomia e poderão contratar seus empregados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

– Mas isso não vai se confundir com as carreiras de Estado, as quais devem ser estruturadas

com funcionários concursados.

O líder do governo garantiu que “a proposta não tira nenhum direito adquirido nem promove qualquer tipo de ação negativa contra o servidor público”.

Jucá fez ainda um apelo às autoridades para que decidam, com urgência, sobre o remanejamento definitivo dos produtores de arroz que ocupavam a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, efetivando o pagamento de suas indenizações para que o processo possa chegar à reta final dos procedimentos que foram acordados entre as partes envolvidas.

Mozarildo ressalta importância da reforma do processo penal

Os três Poderes precisam atuar de forma harmônica para obter sucesso no combate aos problemas de segurança pública, segundo Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, a reforma do Código de Processo Penal é uma oportunidade de colaboração entre dois deles: o Judiciário e Legislativo. Mozarildo registrou que o grupo de trabalho de combate à impunidade, do qual faz parte, no âmbito da CCM, já vem tratando do assunto com a presidente do STF, ministra Ellen Gracie.

Lobão diz que ministros do STF não são “engavetadores”

Edison Lobão (DEM-MA) afirmou que “foro privilegiado não existe; isso é uma expressão que se criou para estigmatizar o foro do Supremo Tribunal Federal”.

– Pratica-se uma injustiça quando, aos ministros do STF, atribui-se o destino de engavetar ou mandar para o arquivo os processos contra parlamentares. Os doutrinadores não falam em foro privilegiado, mas em prerrogativa de função – afirmou.

Mão Santa avalia relatório do Bird sobre corrupção

Mão Santa (PMDB-PI) destacou o relatório do Banco Mundial (Bird) divulgado na semana passada e que mede o desempenho de 212 países no combate à corrupção. O documento revela que o Brasil teve o pior controle da corrupção dos últimos dez anos – caiu de 59,7%, em 2000, para 47,1%, em 2006.

– O país tem medalha de ouro em impostos, violência e corrupção – disse.

Valter manifesta preocupação com rumos da reforma política

A proposta de reforma política, na opinião de Valter Pereira (PMDB-MS), sofreu na última semana duros golpes que podem comprometer sua viabilidade. O senador se disse preocupado com a rejeição do relatório do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), na Câmara, e com resultado de pesquisa do DataSenado indicando que uma grande parcela dos brasileiros é contra o financiamento público de campanhas eleitorais.

Voz do Leitor

RELAÇÕES EXTERIORES

“Depois de o Senado brasileiro ser chamado de papagaio dos EUA, o presidente Lula ainda considerou democrático o fechamento da RCTV, na Venezuela. Falta pulso firme do governo brasileiro nas relações exteriores. É inadmissível considerar a censura a um canal de TV um ato democrático.”
Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)

CONCESSÃO DE TV

“Acreditamos que informações sobre como os concessionários operam a TV no Brasil deveriam ser colhidas, sistematizadas e disponibilizadas publicamente pelo governo federal, mas isto não ocorre. Ao contrário: por intermédio do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o governo omite-se de representar o interesse público e deixa o setor a descoberto, tanto de informações como de políticas públicas. Informações como a composição das empresas concessionárias – quem são os seus acionistas ou cotistas, por exemplo – são tratadas como segredo de Estado. Deveriam ser informações públicas, mas não estão disponíveis nem para as entidades da sociedade civil e nem para os cidadãos.”

Zaqueu Batista de Oliveira, de Feira de Santana (BA)

PREVIDÊNCIA

“Sugiro que os membros do Congresso Nacional avaliem, no menor espaço de tempo, a situação da Previdência Social no país e que busquem uma forma de reduzir a máfia que existe dentro da Previdência. O déficit do Tesouro Nacional freia as coisas que a população almeja, como melhor educação e saúde de qualidade, enquanto as pessoas que já nada têm aposentam-se com

baixos salários.”

Eduardo Amorim Silva, de Teófilo Otoni (MG)

TELEFONIA MÓVEL

“Solicito que a Anatel cobre com mais veemência as operadoras de telefonia móvel, pois muitas vezes o cidadão é lesado por elas com cobrança indevida e propaganda enganosa, sem a menor possibilidade de recuperar seu dinheiro.”

Clodoaldo Alves de Sousa, de Trindade (GO)

REELEIÇÃO

“Sugiro que seja incluído na reforma política o fim da reeleição: diminuiria a corrupção e daria oportunidade para que outras pessoas pudessem ocupar um cargo de vereador, deputado ou senador. Da maneira que está não tem jeito, pois são sempre os mesmos. Tem político com mais de oito mandatos. Isso é um abuso.”

Luiz Nascimento Carvalho, de Canoinhas (SC)

CAMPANHA

“É possível o financiamento público exclusivo de campanha. Mas sugiro que, ao invés de dinheiro em espécie para as campanhas eleitorais, esse financiamento seja feito pelo poder público em espaço nos meios de comunicação.”

Rubem Dário S. Gonçalves, do Rio de Janeiro (RJ)

APOSENTADOS

“Solicito a aprovação do PLS 58/03, que dará fim à condenação injusta dos aposentados e pensionistas a terem o valor de seu benefício reduzido a apenas um salário mínimo, ou seja, a zero. Tal condenação, instituída por políticos totalmente desumamos, vem sendo protelada.”

Gilvan Augusto de Farias, de Marília (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

APAGÃO AÉREO

Diego Soares da Silva, Itapetininga (SP)

“Quando o Brasil conseguirá resolver a situação do apagão aéreo?”

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) responde:

Na verdade, prezado Diego, nós temos três problemas subjacentes ao apagão aéreo. O primeiro é a reivindicação salarial dos controladores de voo, que querem um plano de cargos e salários específico para a categoria. Ocorre que, se houver um reajuste destinado aos controladores – que estão enquadrados na carreira militar –, ele vai recair sobre todas as demais categorias das Forças Armadas. Isso em si já causa um sério embaraço para solucionar o problema. O segundo entrave é a demanda explosiva que vemos no setor de transporte aéreo no país. O povo está ganhando um pouco mais de dinheiro, ao mesmo tempo em que as empresas lançam tarifas promocionais que chegam a R\$ 50 numa disputa constante pelos passageiros. Diante disso a demanda explodiu. Surge, então, um terceiro entrave para resolver logo a situação difícil que temos vivido: a nossa infra-estrutura aeroportuária. Embora a grande maioria dos aeroportos tenha melhorado imensamente, eles não conseguem atender de forma adequada ao fluxo cada vez maior de vôos e de passageiros. Os pontos que relatei, Diego, mostram um efeito dominó com sérias repercussões. Essa situação, no meu entendimento, não poderá ser resolvida totalmente em curto prazo.



J. FREITAS

Agora é lei

Lei ajuda as exportações brasileiras

O Tesouro Nacional já pode financiar a exportação de bens e serviços a países que têm limites de acesso ao crédito para operações de comércio exterior por causa de seu baixo nível de renda. A Lei 11.499 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no *Diário Oficial* de 29 de junho. Ela altera a Lei 10.184, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.

As operações financiadas pelo Tesouro com base na nova legislação serão direcionadas aos países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem intensificado o comércio exterior. Por não obterem financiamento junto a bancos multilaterais, organismos financeiros e agências de crédito, esses países não conseguem as condições necessárias para importar bens e serviços brasileiros.

O relator da proposta no Senado, Francisco Dornelles (PP-RJ), justificou o seu voto favorável às mudanças, ressaltando que as novas normas irão ajudar no aumento das exportações brasileiras para países menos desenvolvidos, tornando mais competitivas as empresas nacionais. Caberá à Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Conselho de Governo, estabelecer as condições para a aplicação das normas que entraram em vigor.

Frases

“Se assumir, Gim Argello será investigado pela Corregedoria”

Romeu Tuma, sobre o suplente do ex-senador Joaquim Roriz, que foi flagrado em conversa em que discute a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do BRB Tarcísio de Moura.

“Será que ele não entende que a sua atitude passa para o país a idéia de que ele está tentando tutelar as investigações?”

José Agripino Maia, sobre o adiamento para esta terça-feira da reunião da Mesa que vai decidir sobre a perícia nos documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em sua defesa.

“Só marca reunião quem ganha eleição [para presidir o Senado e a Mesa]. Quem tem 28 votos [dos senadores] não marca reunião”

Renan Calheiros, em resposta a Agripino Maia, derrotado em fevereiro na disputa com Renan para a Presidência do Senado.

“Peço que os companheiros do PSDB tomem a atitude de se retirar da Casa. Ele [Renan] está isolado, [limitado] ao PT e metade do PMDB”

Tasso Jereissati, conclamando os senadores da oposição a se retirarem do Plenário após o adiamento da reunião da Mesa.

“É necessário que se abaixe a temperatura (...). Que o Senado da República não seja transformado num verdadeiro ringue, senão não teremos condições de responder à opinião pública”

Ideli Salvatti, ao lamentar o adiamento da reunião da Mesa sobre a perícia nos documentos de Renan Calheiros.

“O Brasil quer que trabalhem. O que precisamos é deixar de nhenhém e trabalhar, votar o que o povo quer que seja votado”

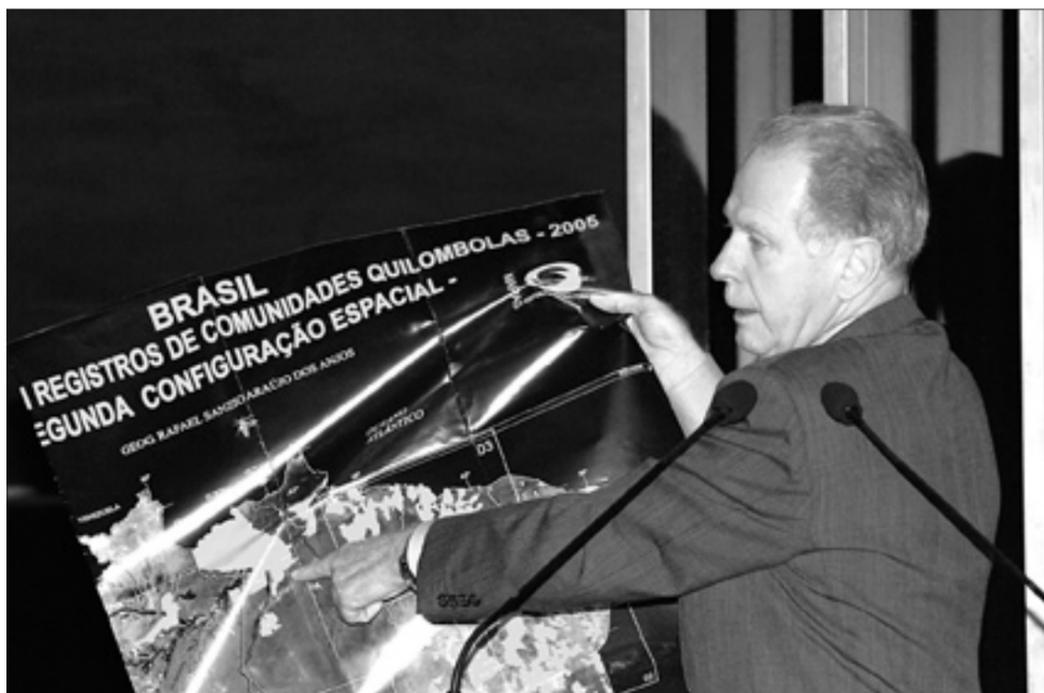
Renan Calheiros, ao afirmar que apesar de o Senado ter vivido um semestre tumultuado houve trabalho e produtividade.

“Não me sinto diminuído. Cumpro com minhas prerrogativas e obrigações”

Sibá Machado, autor de projeto sobre suplentes de senadores.

Foto da Semana

O senador Gerson Camata mostra ao Plenário um mapa do Brasil com os territórios quilombolas, a serem efetivados. Segundo ele, “falsos quilombos estão se multiplicando em todo o país, com carimbo oficial; estão pregando o ódio racial”



GERALDO MAGELA

Barbosa Lima Sobrinho e seus vários papéis

Advogado, jornalista, historiador e político, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho deixou marcas em todas as áreas que militou nos seus 103 anos de vida. Nascido no Recife, em 22 de janeiro de 1897, em 1926 assumia a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1937, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, já com dois anos de experiência como deputado federal. Em 1946, foi deputado constituinte por Pernambuco, depois de passar sete anos na presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Mais recentemente, de novo como presidente da ABI, foi o primeiro signatário do pedido de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello.

A dignidade e a vida dedicada ao país e aos direitos do homem são algumas das marcas de Barbosa Lima Sobrinho retratadas no documentário que a TV Senado exibe no sábado, às 16h30 e 21h30, e no domingo, às 22h.



ALEXANDRE CAMPBELL/FOLHA IMAGEM

Dedicação do presidente da ABI ao país e aos direitos dos homens será retratada em documentário da TV Senado

Thomaz Farkas mostra ex-cangaceiros e rastejadores

O 12º programa da série *O Brasil e os Brasileiros* da TV Senado, produzido por Thomaz Farkas, vai ao ar no sábado, às 15h30, e no domingo, às 15h30 e 21h. O programa apresenta os filmes *Memória do cangaço* e *Rastejador*. O primeiro traz depoimentos de ex-cangaceiros e os conhecimentos que aplicavam para resistir na caatinga. Apresenta ainda trechos de documentário feito em 1936 pelo mascate Abraão Benjamin, com

fotografias e versos de Virgolino Ferreira da Silva, o Lampião, e gravuras populares que ilustram a literatura de cordel.

O segundo filme apresenta um personagem marcante do sertão nordestino: o rastejador, perito em seguir rastros de animais selvagens. Nos depoimentos, os rastejadores explicam suas estratégias de sobrevivência no ambiente hostil do semi-árido e técnicas para estabelecer o sentido exato das trilhas.

Redução dos custos versus direitos

Paulo Paim (PT-RS) e Antônio Augusto Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), estão no *Senado Economia*, que a Rádio Senado apresenta nesta segunda, às 8h30. Entre os temas, a diminuição do custo das empresas com folha de pessoal, sem retirar direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Rádio Senado debate novo órgão ambiental

A criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – feita por meio de medida provisória aprovada na Câmara e em tramitação no Senado – tem provocado polêmica, já que o novo órgão deve assumir boa parte das atribuições exercidas até então pelo Ibama (*ver página 7*). Contrários à MP, os funcionários do Ibama estão em greve desde maio. A matéria chegou a ser discutida em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, mas o texto final terá de ser aprovado em Plenário para virar lei. As consequências da criação do novo instituto e o papel que o Ibama terá a partir disso são tema de debate no *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia.

Consultor explica como criar uma associação

Rogério Melo, consultor do Senado, explica como se pode criar uma associação no *Fique por Dentro da Lei*, que a Rádio Senado transmite nesta terça-feira, às 8h30. As informações são prestadas em resposta a dúvida da ouvinte Joana Soares Teixeira, de Santa Terezinha, em Mato Grosso.

A associação é uma forma de se reunir pessoas que tenham os mesmos anseios e objetivos. Com essa união, fica muito maior a força na luta por direitos e sonhos.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO (7.jul.2007)

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia/Jaguar
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De Coração
8h30 - TV Brasil Internacional
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
16h30 - Diplomacia / Jaguar
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Especial - O Povo Brasileiro - Episódio 4
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Salão Nobre / Jaguar
22h30 - Diplomacia
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural - Retrats do Jazz - Courtney Pine

DOMINGO (8.jul.2007)

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h30 - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial - O Povo Brasileiro - Episódio 4
12h - Brasil Eleitor
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - Retrats do Jazz - Courtney Pine
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
16h30 - Diplomacia
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
22h - Diplomacia / Jaguar
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

RESENHA

Amazônia antes de dois séculos de destruição

ALEXANDRE GUIMARÃES

“É uma região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetais munidos de raras virtudes, e de selvas majestosas, povoadas de excelsas árvores (...), e que talhou de máximos lagos,



de altas serras, de espinhaços montes, e de vastas veigas; o número de rios capitais, e dos seus afluentes que formam a sua admirável hidrografia, é portentoso.” Assim Antônio Ladislau Monteiro Baena descreve o Pará no início século 19,

em seu *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Publicado primeiramente em 1839, agora é reeditado pelas Edições do Senado Federal.

A obra é uma rica descrição das geografias física e política da maior província brasileira à época. Para que se compreenda a extensão do território, os leitores devem ter em mente que a província englobava os atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Tão vasta região era dividida em três imensas comarcas: do Grão-

Pará, com capital na cidade de Belém; do Baixo Amazonas, com sede na vila do Tapajós (hoje Santarém); e do Alto Amazonas, cuja capital era a então vila de Manaus.

Por mais de 400 páginas, Monteiro Baena não só detalha a riqueza vegetal e animal dessa região, mas também levanta a população da cidade de Belém e das 25 vilas, oito lugares e 54 freguesias existentes então. Além disso, lista tudo o que considera importante (governantes, capitães-mores,

juizes) e descreve com riqueza de detalhes os diversos recantos da Amazônia do século 19.

O *Ensaio corográfico* escrito por Monteiro Baena é um dos principais registros histórico-geográficos da região Norte do país. É consulta obrigatória para pesquisadores e estudiosos, pois é fonte básica de comparação. Somente após uma leitura cuidadosa do livro, o leitor tem a noção acurada da destruição causada pelo homem na Amazônia em menos de dois séculos.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Ensaio corográfico sobre a província do Pará, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, volume 30 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.*

SENADO

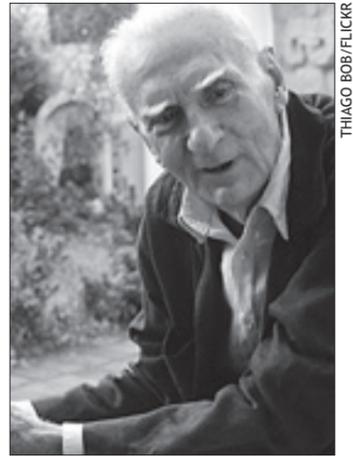
Ariano Suassuna terá homenagem no Senado

O Senado irá promover, em data ainda a ser definida, uma homenagem ao escritor, dramaturgo e poeta paraibano Ariano Suassuna. O requerimento para a realização da sessão, que foi aprovado na quarta-feira, é de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC), que sugere uma homenagem aos 80 anos do escritor, transcorridos em 16 de junho.

Ariano Suassuna nasceu em João Pessoa, capital da Paraíba, em 1927. Forçado a sair da Paraíba por conflitos políticos envolvendo sua família – seu pai, João Suassuna, foi governador do estado –, Ariano morou em

pequenas cidades até se fixar no Recife, capital de Pernambuco. Aos 20 anos, publicou sua primeira peça teatral, *Uma mulher vestida de sol*. Durante sua carreira, publicou diversas obras, com destaque para a peça de teatro *O auto da compadecida*. Atualmente, segundo informações do seu site, Suassuna dedica-se a escrever o romance que conclui a trilogia que inclui *A pedra do reino* e *O rei degolado*.

Ariano Suassuna foi um dos integrantes do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em 1960 durante o governo de Miguel Arraes, em Pernambuco.



Os 80 anos do escritor, poeta e dramaturgo Ariano Suassuna serão celebrados em Plenário

Papaléo discute o papel das bibliotecas na educação

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) e a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, participaram de reunião com a presidente da Federação Internacional das Associações de Bibliotecas e Bibliotecários (Ifla), Claudia Lux, e com dirigentes de associações do setor, que participavam do 22º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, realizado em Brasília. A Ifla tem 1.700 membros de 150 países.

Em almoço no restaurante do Senado, Papaléo Paes, Claudia

Lux – que também preside a Associação Alemã de Bibliotecas e Bibliotecários – e Simone Bastos Vieira conversaram sobre o papel das bibliotecas e dos bibliotecários na educação e no desenvolvimento da cidadania nas sociedades democráticas. Papaléo é membro da Comissão diretora e da Comissão de Educação (CE).

O 22º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação foi realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, entre os dias 8 a 11 de julho.

Arte regional e sacra da goiana Estela Paes

O espaço Ivandro Cunha Lima do Senado Federal recebeu, de 9 a 13 de julho, uma exposição de quadros da artista goiana Estela Paes. Radicada em Pirenópolis, Estela tem como principal inspiração a arte regional e sacra. De traços delicados e simples, seus quadros podem ser identificados com a inocência e a espontaneidade da arte *naïf*.

Aluna da Escola de Belas Artes, em Goiânia, Estela Paes já teve seu trabalho exposto em diversas cidades do Brasil, tais como São Paulo, Goiânia e Florianópolis.

Arquivo aberto

Há dez anos, em 16 de julho de 1997, entrou em vigor a Lei Geral das Telecomunicações. Na semana anterior, a *Voz do Brasil* lembrou que a “lei regulamenta o fim do monopólio estatal das telecomunicações e fixa normas para a participação de empresas privadas”. Ao lado, o então presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães entrega ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro (hoje ministro do Tribunal de Contas da União), o texto da Lei de Telecomunicações aprovada pelo Congresso.



Há 20 anos – Em 1987, morreu Gilberto Freyre, sociólogo, antropólogo, historiador e escritor pernambucano. Em sessão que comemorou o seu centenário de nascimento, em 28 de março de 2000, o senador Roberto Freire fez referência ao “homem e estudioso que marcou uma geração e inscreveu o seu nome nas histórias e nos portais majestosos da inteligência e autor de uma obra que viria a marcar o debate acerca da nossa cultura e nacionalidade”.

Há 160 anos – Em 1847, morreu Bento Gonçalves, mentor da Revolução Farroupilha. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em 20 de setembro de 2006, enalteceu a importância do movimento liderado por Bento Gonçalves, que durou dez anos, de 1835 a 1845. Para Simon, os ideais dos Farrapos permanecem vivos: “O gaúcho vive até hoje uma história que se chama amor à dignidade, amor à família, à sociedade, ao pampa e ao Brasil”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Separação: os filhos precisam de cuidado

A separação de um casal pode se transformar em um grande drama, desses em que todos perdem, especialmente os filhos, ou ser encarada, ainda que indesejada, como uma oportunidade para todos recomeçarem. Se o rompimento é

superado mantendo-se o respeito entre o casal e o cuidado com os filhos, a nova vida ganha em equilíbrio e harmonia. Veja nesta edição o que é preciso fazer para preservar os filhos durante e depois do processo de separação.



Filhos necessitam que os pais se relacionem bem após o rompimento

Na guarda e visita, lucidez garante bem-estar de todos

Toda criança tem direito à história da sua família, ao seu patrimônio familiar, genético, social e espiritual e à sua família ampliada (avós, primos, tios). Necessita também dos seus dois pais conduzindo a sua vida.

O divórcio, assim como um novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos, não modifica os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, exceto no que se refere à guarda, cuja legislação deixa o juiz livre para decidir, ouvidos os técnicos (psicólogos e assistentes sociais) e o Ministério Público. O critério é único e soberano: o bem-estar do menor.

A guarda dos filhos pode ser:

► exclusiva do pai ou da mãe: as decisões a respeito do menor cabem a quem tem a guarda, ficando o outro com o direito às visitas (a tendência dos juízes continua sendo a de dar a guarda exclusiva à mãe);

► compartilhada: ambos respondem pelas decisões em relação ao filho. Não significa a exata divisão do tempo entre cada um dos pais ou a alternância das crianças entre as casas deles ou qualquer outro esquema rígido de divisão igualitária de tempo

de convivência;

► alternada: o menor passa temporadas alternadas com o pai e a mãe (menos aplicada por não haver consenso quanto aos benefícios para o filho de uma mudança tão grande na sua rotina e hábitos).

Os juízes podem conversar com a criança maior de sete anos para saber se ela prefere ficar com a mãe ou pai, mas é apenas uma sondagem. Só a partir dos 12 anos a criança pode optar, influenciado de fato na decisão, que, ainda assim, será do juiz.

Não há regras para definir qual tipo de guarda será determinado e a quem será concedida. Cada situação é analisada separadamente, com base nas informações fornecidas pelos pais e coletadas pelos técnicos da Justiça. O juiz decidirá baseado nesses dados concretos e também na sua crença pessoal. Ou seja, a falta de acordo significa que pessoas estranhas à família são chamadas a decidir o futuro de todos. Por isso os profissionais que trabalham na área são unânimes em recomendar: o casal deve buscar um entendimento por todos os meios a sua disposição.

O que os pais precisam saber

► Planejar a separação levando em conta a idade e as necessidades das crianças.

► Que não se deve abrir mão de direitos no calor da emoção e, com isso, prejudicar as crianças.

► Distinguir e separar o conflito conjugal (da relação marido/mulher) das suas responsabilidades como pais.

► Que é preciso permanecer pais mesmo depois da separação.

► Que só a relação conjugal termina: a relação como pais

continuará a existir.

► Encontrar o que os une, para construir esse novo modelo de relação.

► Que é normal ficar ansioso quando se tem que resolver tantos e tão graves problemas.

► Que é preciso buscar ajuda profissional quando não conseguirem separar o que é objetivo (a divisão de bens, a guarda dos filhos, as visitas, o tipo de convivência desejado) do subjetivo (mágoa, dor, raiva, frustração, culpa).

Impasse familiar? Peça ajuda

A mediação familiar é um processo em que o casal em conflito pede voluntariamente a ajuda confidencial e fora do tribunal de uma terceira pessoa – um profissional neutro e qualificado – para restabelecer a comunicação e alcançar um acordo familiar justo e equilibrado que contemple os interesses de todos, principalmente o das crianças.

Não é o mesmo papel do advogado (embora este possa também

se tornar um mediador, como um psicólogo ou outro profissional), que cuida dos trâmites legais e não das questões pessoais e emocionais.

Pergunte ao seu advogado, em sua comunidade ou mesmo no fórum, se na sua cidade existe a figura do mediador. Em vários estados, como São Paulo e Distrito Federal existem programas de mediação, alguns deles gratuitos e oferecidos pela Justiça estadual.

Reflita antes de falar e agir impulsivamente

Despreparados e sofrendo com a separação, é comum o pai ou a mãe:

► Usar do poder sobre os filhos para barganhar o valor da pensão.

► Acreditar que o dinheiro da pensão serve apenas para beneficiar o outro.

► Requerer a guarda do filho só para não pagar pensão.

► Manter um sistema de guarda e visita que sacrifica a criança apenas para não “facilitar” para o outro.

► Exigir a guarda dos filhos para punir o/a ex.

► Limitar a convivência dos filhos com o/a ex que não tem a guarda para puni-lo.

► Falar mal, desqualificar o pai ou a mãe para a criança. Se os

pais não se respeitam e se valorizam, a criança tende a desenvolver conflitos de lealdade e sentimentos de traição e culpa em relação ao pai ou à mãe. Passada a tempestade inicial, esses comportamentos já terão produzido danos permanentes, especialmente nas crianças. Por isso é essencial refletir e evitar a todo custo as ações impulsivas.



Casamento e separação no Brasil

10 anos é a média de duração dos casamentos

A maioria dos homens se separa entre os 30 e os 39 anos

77% das separações são consensuais.

A maioria das mulheres se separa entre os 25 e os 34 anos

72% das separações não consensuais são requeridas por mulheres

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2005.

Lei obriga pagamento de pensão

A questão da pensão (ou prestação de alimentos, em linguagem jurídica) é resolvida da seguinte forma: o padrão de vida dos filhos deve ser o mais semelhante possível ao dos seus pais. Assim, o valor da pensão leva em conta as necessidades do menor e a capacidade de pagamento dos pais, de forma que o padrão de vida deles seja

compatível.

A pensão pode ser revista sempre que houver alteração significativa da vida financeira e patrimonial dos pais, ou das necessidades do menor. Caso não seja paga, o juiz pode penhorar os bens do devedor e até determinar sua prisão (a prisão não livra o devedor da dívida).

Filho deseja estabilidade

Os pais devem ficar atentos: a separação deve causar o mínimo de dano emocional aos filhos. As crianças não querem e não entendem pais magoados, ausentes, desautorizados e “desresponsabilizados”. Mas isso não significa que elas devam ser mimadas para compensar a perda do modo de vida anterior. É preciso impor-lhes limites e oferecer-lhes segurança como deve ser feito com toda criança, de pais separados ou não. Por isso os especialistas recomendam que seja dito ao filho que:

► o divórcio não é culpa dele (do filho).

► É normal pensar e sentir algo a respeito.

► O que ele (o filho) pensa e sente tem importância.

► É natural que os pais choquem.

► Ele vai ser cuidado sempre, mesmo depois da separação.

► Outras crianças passaram pela mesma situação e tudo acabou bem.

► Há pessoas com quem conversar e coisas que ele pode fazer para se sentir melhor.

► Ele continua a ser amado por ambos os pais.

Saiba mais

Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam)
Rua Tenente Brito Melo, 1223/06
Santo Agostinho - Belo Horizonte (MG)
CEP 30180-070 - (31) 3337-1896
www.ibdfam.org.br

Pai Legal (fórum na internet em defesa da guarda compartilhada)
www.pailegal.net

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
SAS Quadra 5, Lote 1, Bloco M
Brasília (DF) - CEP 70070-939
(61) 3316-9600 - www.oab.org.br

Unidades regionais
www.oab.org.br/seccionais.asp

Tribunais de Justiça dos estados - Varas da Infância e Juventude
www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=46

Projetos de lei

PL 504/07 - Dispõe sobre a pensão alimentícia e a impossibilidade de renúncia quando a obrigação resultar de parentesco.
PL 505/07 - Insere a mediação nos processos de separação e divórcio, dispondo que o juiz deve incentivar a prática de mediação familiar.
PLC 58/06 - Dispõe sobre a guarda compartilhada.